



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO I**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS**  
**APLICADAS À EDUCAÇÃO - GESTEC**

**EDILENE DA SILVA DAVID**

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERSPECTIVA DA**  
**PERMANÊNCIA: ATUAÇÃO DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR NO**  
**IFBA – CAMPUS SALVADOR**

Salvador  
2015

**EDILENE DA SILVA DAVID**

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERSPECTIVA DA  
PERMANÊNCIA: ATUAÇÃO DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR NO  
IFBA – CAMPUS SALVADOR**

Dissertação submetida ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, na linha de pesquisa de Gestão e Rede Sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Celeste Maria Pacheco de Andrade.

Salvador  
2015

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Prof. Edivaldo M. Boaventura - UNEB,  
Salvador - Campus I.

David, Edilene da Silva.

Assistência Estudantil na perspectiva da permanência: atuação da equipe interdisciplinar no IFBA Campus Salvador / Edilene da Silva David. –

: Edilene da Silva David, 2015.

98 fls

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Celeste Maria Pacheco de Andrade.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. - Departamento de Educação – DEDC. 2015. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação. Campus I.

Contém referências.

1. Políticas Públicas. 2. Educação Profissional. 3. Assistência Estudantil. 4. Permanência. I. Andrade, Celeste Maria Pacheco de. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação

CDD370 Educação

**EDILENE DA SILVA DAVID**

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERSPECTIVA DA PERMANÊNCIA:  
ATUAÇÃO DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR NO IFBA – CAMPUS  
SALVADOR**

Dissertação apresentada ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO - GESTEC, da Universidade Estadual da Bahia - UNEB como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Data de aprovação: 30 de outubro de 2015

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Celeste Maria Pacheco de Andrade  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB (orientadora)

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Ivan Luiz Novaes  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Mary Moreira Santos  
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo dom da vida e pela oportunidade e determinação de vencer tamanho desafio.

Aos meus pais, por terem me educado e depositado em mim toda confiança em conduzir minha vida acadêmica e profissional.

Ao meu esposo Junior, por todo apoio psicológico, domiciliar e logístico, além da paciência em tolerar tantos altos e baixos! Obrigada pelo companheirismo e incentivo nas horas difíceis. Com certeza, sem você na minha vida seria quase impossível!

À minha filha Isabela, minha eterna borboletinha e a maior das minhas alegrias, por me dar a cada dia um motivo a mais para viver e ser melhor. Você é o meu arco-íris, minha vida, meu amor e a certeza de um sorriso diário! Amo-te infinitamente!

Aos meus filhos que estão a caminho, Enzo e Rafael, que vêm acendendo em mim ainda mais a vontade de crescer como ser humano e amar incondicionalmente.

Aos meus irmãos, Leu, Márcia e Tiago, pelas palavras de incentivo e orações.

Aos gestores do IFBA e colegas da DEPAE, por terem participado dessa caminhada e servirem de inspiração na construção desse processo.

Às colegas Núbia e Conceição do GESTEC, pela solidariedade, presteza e palavra amiga nos momentos de dúvidas e inseguranças.

Aos demais colegas do GESTEC, que me ensinaram muito com as suas experiências profissionais e acadêmicas, e de alguma forma participaram da construção desse trabalho.

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Celeste Maria, por ter feito uma orientação tão motivadora e paciente, pela confiança depositada em mim e pela receptividade às minhas produções. Muito obrigada por ter sido minha orientadora!

Ao Prof. Ivan Novaes e à Prof.<sup>a</sup> Solange Mary, pela útil e consciente orientação dada na banca de qualificação. Certamente, foi um momento esclarecedor e motivador. Muito obrigada!

Às “meninas do GESTEC”, pela solicitude e apoio ao longo desses dois anos. Vocês fizeram toda a diferença nesse processo!

Por fim, agradeço aos amigos que torceram por mim e me incentivaram a seguir adiante com confiança.

DAVID, Edilene da Silva. **Assistência Estudantil na Perspectiva da Permanência:** Atuação da Equipe Interdisciplinar no IFBA – Campus Salvador. 2015. 98 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Educação | Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2015.

## RESUMO

Este estudo apresenta a atuação de uma equipe interdisciplinar no desenvolvimento da assistência estudantil no Instituto Federal da Bahia – IFBA, no contexto da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Discute-se a importância da articulação entre a Política de Assistência Estudantil e o Projeto Pedagógico Institucional do IFBA, considerando que seus principais objetivos giram em torno da permanência, do êxito acadêmico, da conclusão do curso e inclusão social do estudante. O contexto de democratização do acesso, impulsionada pela criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, traz a necessidade de pensar em políticas públicas voltadas também para a garantia permanência desses estudantes, que tem um momento importante na inclusão dos Institutos Federais no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Nessa pesquisa, buscamos analisar o processo de implementação da Política de Assistência Estudantil do IFBA Campus Salvador visando desenvolver um instrumento de acompanhamento da permanência dos estudantes, a partir do trabalho interdisciplinar realizado na Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante. O estudo verificou que o desenvolvimento da assistência estudantil no IFBA Campus Salvador demanda estratégias institucionais de acompanhamento na perspectiva de articular os desafios da democratização do acesso com a garantia da permanência. O estudo aponta que, apesar dos avanços e do grande incremento da assistência estudantil na instituição, permanece uma lacuna no que se refere a uma sistemática de acompanhamento, que demandam atenção à gestão dos benefícios, para além da concessão de bolsas e auxílios. Por fim, apresenta-se uma proposta de acompanhamento, que pode contribuir na dinamização da execução da Política de Assistência Estudantil, na otimização da aplicação dos recursos e na melhoria dos processos de gestão e avaliação da assistência estudantil, de modo a torná-la mais comprometida com a qualidade social da Instituição.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação Profissional. Assistência Estudantil. Permanência.

DAVID, Edilene da Silva. **Student Assistance in the Perspective of the Permanency: Acting of the Interdisciplinary team not IFBA - Campus Salvador.** 2015. 98 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Educação | Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2015.

## ABSTRACT

This study presents the work of an interdisciplinary team in the development of student assistance in the Federal Institute of Bahia - IFBA in the context of expansion of the Federal Network of Professional Education, Science and Technology. It discusses the importance of coordination between the Student Assistance Policy and Institutional Education Programme of the IFBA, considering that its main objectives revolve around the permanence of academic success, of graduation and inclusion student. The context of democratization of access, driven by the creation and expansion of the Federal Professional Education Network, Science and Technology, brings the need to think about public policies also for ensuring permanence of these students, which is an important moment in the inclusion of the Federal Institutes the National Plan for Student Assistance (PNAES) by means of Decree No. 7234 of 19 July 2010. In this research, we analyze the process of implementing the Student Assistance Policy IFBA Campus Salvador order to develop a permanent monitoring of the instrument of students from interdisciplinary work on the Board Pedagogical Assistant and Attention to Student. The study found that the development of student assistance in the IFBA Campus Salvador demand institutional strategies tracking the perspective to articulate the challenges of democratization of access to the guarantee of permanence. The study points out that, despite the advances and great increase of student assistance in the institution, a gap remains with regard to a systematic follow-up, requiring attention to the management of the benefits, in addition to granting scholarships and grants. Finally, we present a proposal for a follow-up, which can help in boosting the implementation of the Student Assistance Policy in implementing the optimization of resources and improving management processes and assessment of student assistance in order to make it more committed to social quality of the Institution.

Keys-word: Public Policy. Vocational Education. Student Assistance. Evaluation.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.....	41
Quadro 2– Demanda por Assistência Estudantil no IFBA – Campus Salvador.....	57
Quadro 3 – Atribuições da COTEP. Setor Pedagógico do CEFET/BA.....	59
Quadro 4 –Atribuições da GAOA. Setor Pedagógico do CEFET/BA.....	60
Quadro 5 – Organograma da DEPAE .....	63
Quadro 6 – Atribuições das Coordenações da DEPAE.....	64
Quadro 7 – Cronograma de Atividades do Plano de Intervenção .....	85
Quadro 8 – Dados a serem inseridos no Sistema PAAE .....	86
Quadro 9 – Proposta inicial de Instrumento de Acompanhamento Permanente da Assistência Estudantil .....	89

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fluxo de Matrícula nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – IFBA Campus de Salvador .....	76
Tabela 2 – Desempenho Acadêmico nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – IFBA Campus de Salvador .....	76

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Mapa da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Estado da Bahia .....	42
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
CAPNE	Coordenação de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CF	Constituição Federal
CIIF	Curso Introdutório ao IFBA
COTEP	Coordenação Técnico-Pedagógica
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
DEPAE	Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante
EaD	Educação a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GAOA	Gerência de Orientação e Apoio ao Aluno
GGTI	Gerência de Gestão de Tecnologia da Informação
GRA	Gerência de Registros Acadêmicos
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Instituto Federal
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social

MEC	Ministério da Educação
NAPNEE	Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais
PAAE	Programa de Assistência e Apoio ao Estudante
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAE	Programa de Assistência ao Educando
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PINA	Projeto de Incentivo à Aprendizagem
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROEJA	Programa da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SICAD	Sistema Acadêmico do IFBA
TAMC	Termo de Acordo de Metas e Compromissos
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEDs	Unidades de Ensino Descentralizadas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
2.1 POLÍTICA PÚBLICA E EDUCAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS .....	20
2.2 O ESTADO E O DIREITO À EDUCAÇÃO: ENTRE O ACESSO E A PERMANÊNCIA.....	28
2.3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	30
2.4 A POLÍTICA DE EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.....	38
<b>3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA.....</b>	<b>45</b>
3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS: CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA E IDENTIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS ANALISADOS.....	45
3.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA: DA CRIAÇÃO À INCLUSÃO NO PNAES .....	47
3.3 TRABALHO INTERDISCIPLINAR DE ACOMPANHAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – CAMPUS DE SALVADOR.....	58
3.4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A DINÂMICA INSTITUCIONAL DO IFBA – CAMPUS DE SALVADOR.....	72
<b>4 RESULTADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>81</b>
4.1 DESCRIÇÃO DO PRODUTO DA PESQUISA.....	82
4.2 PLANO DE INTERVENÇÃO: POR UMA PROPOSTA DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	83
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>94</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se debruça sobre o processo de implementação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal da Bahia – IFBA, face ao contexto de expansão da educação técnica profissional, impulsionada pela Lei 11.892/2008 que cria os institutos federais, em consonância com o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (BRASIL, 2014).

Um dos grandes desafios da vertiginosa expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é o compromisso dos institutos federais na implementação de ações que visem à melhoria da educação básica, que inclui principalmente a formação de professores e a estruturação de políticas públicas de inclusão e assistência estudantil, de modo a observar o princípio de democratização não somente do acesso, mas também da permanência. Atento a isso, o IFBA vem desenvolvendo um conjunto de ações, que hoje estão institucionalizadas na sua Política de Assistência Estudantil (IFBA, 2014).

No contexto da criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a questão do acesso e da permanência torna-se um dos eixos centrais da nova institucionalidade, que no IFBA se traduz em princípios básicos do seu Projeto Pedagógico Institucional (IFBA, 2013). Inclusão por meio da democratização do acesso e permanência qualificada integram a política educacional do Instituto e se desdobram em ações subsidiárias ao ensino, contempladas em parte na Política de Assistência Estudantil (IFBA, 2014).

Compreendendo a Assistência Estudantil – AE como uma política pública integrante da política educacional, é importante situá-la no âmbito das atividades acadêmicas, uma vez que os principais objetivos da Política de Assistência Estudantil do IFBA giram em torno da permanência, do êxito acadêmico, da conclusão do curso e inclusão social do estudante, em consonância com o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (BRASIL, 2010), que está fundamentado na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), além de ser referendado no Plano Nacional de Educação. Essa temática é bastante instigante, principalmente pela importância e

necessidade de se lançar um olhar pedagógico para uma questão que tem sido mais discutida no âmbito do social.

O PNAES propõe uma assistência estudantil articulada com o propósito maior de uma instituição educacional, cuja predominância é o ensino. Além disso, abre uma série de indagações sobre o que poderia ser essa articulação, uma vez que coloca o apoio pedagógico como sendo uma área da assistência estudantil, conforme o descrito no artigo 3º do Decreto nº 7.234, que dispõe sobre o PNAES (BRASIL, 2010):

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

[...]

IX - apoio pedagógico; [...]

Conforme prevê o PNAES, a assistência estudantil não tem um fim em si mesma, e deve ser desenvolvida de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, que são as finalidades maiores da instituição. Porém, ao apontar o apoio pedagógico como uma área de atuação da assistência estudantil, não fica evidente qual é o seu desdobramento. Isso abre uma gama de possibilidades, que inclusive pode ser percebida em uma breve leitura de documentos norteadores da Política de Assistência Estudantil em outros Institutos Federais, que colocam dentro da assistência estudantil uma atividade que tem fundamentos próprios. A presença da categoria apoio pedagógico no PNAES foi o elemento disparador na construção do objeto desta pesquisa, que caminha para a estruturação de uma estratégia de acompanhamento do seu processo de implementação no Instituto Federal da Bahia, materializado no texto das suas Diretrizes para a Política de Assistência Estudantil (IFBA, 2010), uma vez que a sua execução ainda se limita à concessão de bolsas e auxílios, por meio do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante, único devidamente implementado dentre os previstos.

A inclusão dos Institutos Federais no PNAES por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), abriu espaço para um profícuo debate sobre

a ampliação das possibilidades de atendimento às demandas estudantis, principalmente para aqueles que conseguem transpor a barreira do acesso, mas necessitam de outros direitos, principalmente a permanência de forma qualificada.

O trabalho ora apresentado tem por objetivo geral analisar o processo de implementação da Política de Assistência Estudantil do IFBA Campus Salvador, visando desenvolver um instrumento de acompanhamento da permanência dos estudantes, a partir do trabalho interdisciplinar realizado na Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante. Para tanto, parte-se da questão: De que forma a Política de Assistência Estudantil pode se constituir em um instrumento efetivo de incentivo à permanência e viabilização do êxito acadêmico?

Assim, para desenvolver o objetivo geral da pesquisa, foram definidos como objetivos específicos: elaborar indicadores avaliativos, de modo a aferir em que medida as ações de assistência estudantil do IFBA cumprem com seus objetivos, conforme aponta o Termo de Acordo de Metas e Compromissos (BRASIL, 2010); situar a Política de Assistência Estudantil do IFBA (IFBA, 2014) no campo das diretrizes do seu Projeto Pedagógico Institucional (IFBA, 2013), a fim de identificar que tipo de conexão é estabelecido; identificar as dificuldades enfrentadas pelo Instituto Federal da Bahia em alinhar a política de expansão do acesso com a política de permanência dos estudantes; criar estratégias de acompanhamento da permanência dos estudantes, na perspectiva de contribuir na gestão da Política de Assistência Estudantil do IFBA no âmbito da Reitoria e dos *Campi*.

Em função do exposto, foram definidas duas hipóteses para nortear essa investigação. Uma sugere que o desenvolvimento da assistência estudantil no Instituto Federal da Bahia Campus Salvador demanda estratégias institucionais de acompanhamento na perspectiva de articular os desafios da democratização do acesso com a garantia da permanência. A outra hipótese aponta que a expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica por si só não constitui um instrumento efetivo de ampliação das oportunidades de formação profissional, uma vez que existem compromissos assumidos pela instituição em seus documentos normativos que vão além da linha do sujeito. A especificidade do público atendido e as políticas de acesso demandam atenção qualificada às necessidades dos estudantes, que além de acadêmicas, são também sociais.

Para o desdobramento da problemática em questão, adota-se a abordagem qualitativa, apreciando o sentido atribuído por Chizzotti (1998, p. 79), em que “a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade”.

A pesquisa, de natureza aplicada e exploratória, resultou de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica possibilitou estudo sobre o histórico do desenvolvimento da assistência estudantil no IFBA no contexto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, aspectos conceituais sobre Estado, políticas públicas e educação e a concepção de assistência estudantil como política pública. A pesquisa documental foi realizada a partir fontes primárias e secundárias entre elas a legislação e os documentos norteadores da Instituição, como o Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional, Termo de Acordo de Metas e Compromissos, Diretrizes da Política de Assistência Estudantil, à luz do campo teórico que circunda o objeto em estudo.

A natureza interdisciplinar da assistência estudantil, que congrega especificidades da Sociologia, da Assistência Social, do Direito e da Educação, deu à construção do objeto o contorno necessário para situá-lo no âmbito da educação profissional, e mais especificamente na questão do acesso e da permanência. Pelo fato de envolver uma ampla variedade de evidências e de relações, a estratégia utilizada foi o estudo de caso. De acordo com Yin (2010, p. 39), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

Salientamos que o detalhamento da metodologia será apresentado no primeiro item do terceiro capítulo. O presente estudo está estruturado em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. A pesquisa bibliográfica foi sintetizada ao longo dos capítulos, considerando sempre a natureza aplicada da pesquisa.

O primeiro capítulo, “Estado, políticas públicas e educação”, discute a relação entre Estado e o tratamento da questão educacional nas políticas públicas,

com destaque para a assistência estudantil e o processo de democratização do acesso à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica por meio do seu projeto de expansão, à luz das concepções e princípios dos Institutos Federais.

O segundo capítulo, intitulado “A assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia”, traz um panorama da assistência estudantil no IFBA no horizonte de dez anos, com ênfase no trabalho da equipe interdisciplinar e na análise de documentos pertinentes.

Considerando a finalidade de um Mestrado Profissional, no terceiro capítulo apresenta-se o Plano de Intervenção.

As considerações finais apontam os principais avanços e dificuldades da pesquisa, além de indicar possibilidades para novos estudos sobre o tema.

## **2 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO**

O tratamento da questão educacional nas políticas públicas tem uma relação direta com a concepção de sociedade e de Estado que orientam suas formas de intervenção. Historicamente, a política educacional em cada época ganhou os contornos do próprio Estado, que esboça nas políticas públicas as suas relações com política, economia e sociedade.

Neste início de século XXI, presenciamos a efervescência de movimentos sociais no Brasil, que continuamente vêm questionando a efetividade das ações do Estado, face às prioridades definidas na agenda pública, que sofrem forte influência dos acordos com organismos internacionais. Nesse sentido, a formulação e implementação de políticas públicas estão intrinsecamente ligadas aos processos políticos, e em diversos campos, em particular a educação, se encontra grande expectativa para enfrentar os desafios de uma economia que se mundializa.

Presenciamos o colapso do Estado de bem-estar social, com a emergência do neoliberalismo, centrado na revisão do papel do Estado principalmente no campo social, e a crescente crise capitalista, que apontam para uma ordem social de livre-mercado e sem a intervenção estatal. Esse contexto de globalização e neoliberalismo torna o cenário bastante favorável a intervenção mais direta dos organismos internacionais nos Estados-nação, que na análise de Castells (1999) cedeu lugar ao chamado Estado-rede, o Estado da era da informação que permite a gestão cotidiana da tensão entre o local e o global. Tais interlocuções também incidem na educação, principalmente pelas reformas de Estado e pelo contexto em que são formuladas as políticas públicas. Não podemos perder de vista que as políticas públicas de educação expressam as necessidades do setor produtivo, principalmente no que se refere à formação profissional.

Neste capítulo, abordaremos algumas questões pertinentes que permeiam a relação entre Estado e política pública, principalmente no que tange ao direito à educação.

## 2.1 POLÍTICA PÚBLICA E EDUCAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS

Assim como define a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a República Federativa do Brasil constitui-se em um Estado Democrático de Direito, cujos fundamentos sustentam a máxima de que “todo o poder emana do povo”. A visão da sociedade que se quer construir está implícita na relação que se estabelece entre a concepção de Estado e as políticas que implementa. A política pública, em uma primeira análise, seria a resposta do Estado para os problemas sociais, o reconhecimento das demandas sociais como legítimas. Guarda, portanto, estreita relação com o exercício da cidadania.

Para compreender essa tríade Estado – Políticas Públicas – Educação, vamos fazer alguns delineamentos teóricos. Considerando a orientação de Bobbio (1987), o Estado é estudado em si mesmo, em suas estruturas, funções, elementos constitutivos, mecanismos, órgãos etc., como um sistema complexo considerado em si mesmo e nas relações com os demais sistemas adjacentes.

No tratamento da questão do Estado na relação com as políticas públicas em sua amplitude, é importante atentar para a sua historicidade, uma vez que cada governo imprime reformas de importante impacto na organização do Estado. É a concepção ideológica de Estado que dará forma às políticas públicas. Cada momento histórico vai representar uma concepção de Estado, que nas políticas públicas traduzirá o ideal de sociedade. E nesse processo, Estado e sociedade estão vinculados, de modo a definir o contorno das políticas públicas. Pensar o Estado implica em conjuntamente pensar a sociedade em que se insere. Conforme aponta Hofling (2001, p. 39):

A relação entre sociedade e Estado, o grau de distanciamento ou aproximação, as formas de utilização ou não de canais de comunicação entre os diferentes grupos da sociedade e os órgãos públicos – que refletem e incorporam fatores culturais, como acima referidos – estabelecem contornos próprios para as políticas pensadas para uma sociedade.

A respeito disso, a origem do Estado remete à própria evolução da sociedade. Alguns historiadores contemporâneos consideram que o nascimento do Estado assinala o início da era moderna. Mas o entendimento preponderante é de

que o nascimento do Estado representa o ponto de passagem da idade primitiva à idade civil, em outras palavras, da comunidade primitiva formada por laços de parentesco ou convivência para a comunidade como ordenamento político dos cidadãos, conforme aponta Bobbio (1987).

Se formos mais longe, encontramos em Aristóteles o homem em sua natureza social, sendo o Estado (sociedade política) o primeiro objeto a que se propôs a natureza. O homem é compreendido como animal político, sendo a política inerente ao homem. A lógica aristotélica consiste na intrínseca relação entre natureza e sociedade, considerando que o homem é naturalmente feito para a sociedade política.

De acordo com Dallari (2002), a maioria dos autores compreende o Estado como todas as sociedades políticas que, com autoridade superior, fixaram as regras de convivência de seus membros, congregando dois elementos materiais – povo e território – e um terceiro elemento considerado formal, que seria o poder em algumas expressões, como autoridade, governo ou soberania. Concepção similar encontramos em Friede (2007), que sintetiza o Estado como organização político-administrativo-jurídica do grupo social que ocupa um território fixo, possui um povo e está submetido a uma soberania. Destaca ainda que sua acepção é ampla, considerando as correntes formadas em vários campos do conhecimento, como a sociológica, a filosófica, a jurídica e a política.

Os dois autores concordam que o Estado é soberano, e portanto ocupa o lugar de não submeter as suas decisões a nenhum outro Estado que não a ele mesmo. Em um Estado democrático, essa soberania precisa ser legitimada pelo povo. As políticas públicas, neste contexto, guardam certa singularidade com a legitimidade do poder soberano do Estado. No seu processo de elaboração, implantação e também avaliação revelam formas de exercício do poder político, que não constitui um ciclo fechado, mas tem a porosidade necessária para estabelecer mediações sociais no sentido de confronto com o contraditório, para se chegar a um certo patamar de consenso e assim ganhar legitimidade. Conforme aponta Pereira (2008):

Quando se fala de política pública, está se falando de uma política cuja principal marca definidora é o fato de ser pública, isto é, de todos, e não porque seja estatal (do Estado) ou coletiva (de grupos particulares da sociedade) e muito menos individual. O caráter público desta política não é dado apenas pela sua vinculação com o Estado e nem pelo tamanho do agregado social que lhe demanda atenção, mas pelo fato de significar um conjunto de decisões e ações que resulta, ao mesmo tempo, de ingerências do Estado e da sociedade.

O sentido da política pública está na trama que dela resulta, e por seu caráter multidisciplinar necessita de uma visão multifacetada, a fim de que se possa avançar na perspectiva de avaliar sua implementação. Procedemos, então, a apresentação de algumas considerações sobre o conceito de política pública, que adquire diversas concepções a depender da área ou setor a que se refere.

O campo de estudos sobre políticas públicas revela a complexidade dessa categoria, que assume uma característica multidisciplinar na visão de diversos autores, uma vez que cada disciplina científica vai construir um aspecto particular, que colabora na construção de uma visão holística sobre o tema.

Rua (1997) define políticas públicas como sendo soluções encontradas pela atividade política, que abrangem um conjunto de decisões e ações que alocam valores e atividades definidas estrategicamente para garantir a implementação da decisão tomada.

Adotando uma visão multidisciplinar, que envolve a síntese de teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia, Souza (2007) conceitua política pública como o campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação, sendo uma etapa na qual governos democráticos colocam em prática seus propósitos e plataformas eleitorais, transformando-os em programas e ações que produzirão mudanças na realidade. No seu processo de formulação, entram em cena indivíduos, instituições, interações, ideologias e interesses.

Para Hofling (2001), as políticas públicas representam o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Através do entendimento de política como sendo o exercício de uma coletividade, Kowalski (2012) aponta que:

A construção de uma política pública é pautada nos interesses comuns da sociedade, regulada pela organização estratégica do Estado que intervém nas relações sociais. Em via de regra, as políticas públicas significam um conjunto de decisões e ações que envolvem o Estado e a sociedade civil, entretanto, nem sempre o reconhecimento de um problema pelo Estado constitui a agenda nas formulações das políticas, sendo necessário, acima de tudo, que o problema seja entendido socialmente como algo que necessite de uma intervenção na sociedade.

Saravia (2006) faz uma análise mais conjuntural, colocando as políticas públicas no contexto das consequências da globalização econômica, de modo a exigir adequação das atividades estatais para atender às rápidas transformações, que exigem formas mais flexíveis de planejamento e administração. Dessa forma, destaca que:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. (SARAVIA, 2006, p. 28)

A respeito dessa questão social, Kowalski (2012) argumenta que as políticas públicas reforçam as configurações sociais, econômicas e políticas, e por isso constituem um campo de intervenção social fundamental na garantia dos direitos. A política pública é, portanto, um meio de assegurar direitos, ou seja, é o Estado dando concretude aos seus deveres. Portanto, o que fundamenta uma política pública é o interesse social, por meio de decisões que envolvem um diálogo entre o Estado e a sociedade civil. Para tanto, o Estado precisa reconhecer o problema como socialmente relevante e que demande intervenção.

Por outro lado, conforme apontado anteriormente, as políticas públicas revelam as formas de exercício do poder político, sendo o seu processo de elaboração e implementação permeado de negociações, mobilizações e coalizões de interesses. O desafio para um Estado com um histórico recente de democratização é estabelecer coalizões políticas que permitam formular políticas

públicas que estejam alinhadas ao projeto de desenvolvimento econômico, mas também capazes de promover a inclusão social.

No bojo de tantas definições e modelos sobre políticas públicas, Souza (2007) extraiu e sintetizou alguns elementos principais, que foram assumidos no desenvolvimento dessa pesquisa:

- a) A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- b) A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- c) A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- d) A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- e) A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- f) A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Por todas essas especificidades, as políticas públicas se constituem como um elemento de diálogo entre Estado e sociedade, na busca da concretude dos direitos sociais. Considerando que o modelo de Estado também confere um modelo às políticas públicas, um Estado republicano como o nosso, cujo fundamento é o governo exercido por um corpo coletivo, há que conferir um viés democrático aos processos que permeiam sua elaboração, implementação e avaliação.

Na condução das atividades públicas para a concretização dos direitos sociais, entra em cena uma nova forma de Estado mencionada por alguns doutrinadores do Direito, o Estado social. A essa finalidade, Bobbio:

É supérfluo acrescentar que o reconhecimento dos direitos sociais suscita, além do problema da proliferação dos direitos do homem, problemas bem mais difíceis de resolver no que concerne àquela “prática” de que falei no início: é que a proteção destes últimos requer uma intervenção ativa do Estado, que não é requerida pela proteção dos direitos de liberdade, produzindo aquela organização

dos serviços públicos de onde nasceu até mesmo uma nova forma de Estado, o Estado social. (BOBBIO, 2004, p. 72)

Nessa mesma perspectiva, retomamos o artigo 1º da CF de 1988 (BRASIL, 1988), que preceitua ser a República Federativa do Brasil um Estado Democrático de Direito. Para Bobbio (2004), o Estado de direito “é o Estado dos cidadãos”, já que concede ao indivíduo não só direitos privados, mas direitos políticos. Para Bonavides (2000), o Estado de direito se traduz como a prática e proteção das liberdades públicas por parte do Estado e da ordem jurídica, abrangendo todas as manifestações de pensamento livre: liberdade de opinião, de reunião, de associação e de fé religiosa.

Dessa forma, a participação popular nas decisões políticas é legítima, é uma característica marcante de um Estado que passou por um processo de democratização, cujos processos políticos transformaram-no de Estado de Direito a Estado Democrático, “onde além da mera submissão à lei deveria haver a submissão à vontade popular e aos fins propostos pelos cidadãos” (BASTOS, 1999, p. 176).

Transpondo esses princípios à seara educacional, temos em vista que a democratização do ensino trouxe outros desafios para além da assunção do princípio da educação como direito de todos e dever do Estado, conforme prevê o artigo 205 da CF de 1988 (BRASIL, 1988). Esse fragmento do texto constitucional é norma programática que orienta a atuação dos órgãos estatais, demandando para a sua efetividade a elaboração de leis que definem as políticas públicas. Na interação do poder público com a sociedade civil encontra-se o papel social da educação, pelo seu grande potencial transformador da realidade social dos sujeitos.

O cenário das políticas educacionais tem um ponto de ruptura a partir dos anos 1990, sob a influência do processo de mundialização da economia, repercutindo na orientação de reformas educacionais com base na equidade. Conforme analisa Carnoy (2003):

O objetivo essencial das reformas educativas fundadas na equidade é aumentar a igualdade das *possibilidades* econômicas. Já que, na maior parte dos países, o rendimento escolar é um fator primordial para determinar os salários e o *status*, a igualização do acesso a uma educação mais qualificada pode desempenhar um importante

papel no “nivelamento do campo de ação”. (CARNOY, 2003, p.65, grifos do autor)

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia, enfatizou a necessidade de redução das desigualdades sociais por meio da expansão da educação, e resultou em um conjunto de metas e compromissos assumidos pelos governos para orientação das reformas educacionais. Em 2001, o Brasil foi um dos signatários do documento “Educação para todos: o compromisso de Dakar”, cuja lógica “coloca a educação, a equidade e a elevação da qualidade da aprendizagem, como a condição do desenvolvimento da redução da pobreza, da empregabilidade, da inserção na sociedade do conhecimento e na economia global, da paz e da estabilidade, de melhor qualidade de vida”, conforme aponta Garcia (2010). No intervalo entre esses dois grandes momentos, ocorreu a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), atendendo às determinações das agências internacionais financiadoras da educação para países em desenvolvimento.

Apesar dessa configuração, importante considerar que o contexto das reformas educacionais já começa a ganhar novo delineamento a partir da inclusão do princípio de gestão democrática do ensino público no artigo 206 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), dispositivo que reflete a organização e luta dos movimentos sociais em defesa da escola pública e democrática, e que também foi contemplado na LDB atual.

Decorridas quase duas décadas após a aprovação, o discurso da política de desenvolvimento em torno da equidade sempre esteve presente na LDB nº 9.394/96. A universalização da educação básica continua sendo um desafio, já que a expansão do acesso ainda não deu conta de superar as desigualdades educacionais. Quando se fala em inclusão, pressupõe-se obrigatoriamente que existe um contexto de exclusão.

Após quatro anos de tramitação, estamos com um novo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado por meio da Lei nº 13.005, no dia 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), com metas de grande impacto no desenvolvimento da educação básica. Destacamos algumas que revelam um particular interesse no campo da educação profissional, principalmente as conexões entre qualidade, acesso e

permanência, conforme meta para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB:

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Estratégias:

[...]

7.2) assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste PNE, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste PNE, todos os (as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

[...]

7.17) ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

[...]

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias:

[...]

11.1) expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

[...]

11.12) elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

[...]

Verifica-se uma grande preocupação com a garantia da qualidade e a democratização das oportunidades socioeducativas, que partem da melhoria dos indicadores, mas com uma atenção ao estudante que não se encerra no acesso. As diretrizes do PNE ilustram alguns elementos que apontamos aqui, principalmente pela ação do Estado em legitimar demandas sociais por meio das políticas públicas. Isso perpassa pelo reconhecimento do direito, mas aprofundaremos essa questão no próximo item.

## 2.2 O ESTADO E O DIREITO À EDUCAÇÃO: ENTRE O ACESSO E A PERMANÊNCIA

A educação está entre os direitos sociais elencados na Constituição Federal (CF) de 1988, e como tal constitui prioridade em um Estado de Direito como o nosso. Os direitos sociais têm a peculiaridade de viabilizar o exercício e usufruto dos direitos fundamentais e são resultado de um processo histórico dinamizado pelos movimentos sociais, principalmente do século XX, já que trazem consigo a necessidade de observância do Estado. Dito em outras palavras, os direitos sociais são a forma de o cidadão exigir do Estado os direitos fundamentais.

Segundo Bobbio (2004), o reconhecimento e a proteção dos direitos do homem estão na base das Constituições democráticas modernas, e implica em uma inversão de perspectiva na relação Estado/cidadão, relação encarada do ponto de vista dos direitos dos cidadãos, não mais súditos, em que para compreender a sociedade é preciso partir de baixo, dos indivíduos que a compõem.

A CF de 1988 (BRASIL, 1988) também disciplina em seu artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Os artigos 206 e 208, inciso I, trazem disposições que se complementam.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;  
 V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;  
 VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;  
 VII - garantia de padrão de qualidade.  
 VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

[...]

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

O primeiro estabelece como princípio a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, e o segundo aponta o dever do Estado para com a educação, através da garantia de “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”.

A Carta Magna aponta a educação como um dos principais elementos na construção de uma sociedade livre e justa. Para tanto, tendo por base o discurso da equidade, a Constituição prevê a oferta de condições educacionais básicas que permitam aos indivíduos o acesso a bens primários, como recursos econômicos, sociais e culturais.

Na Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, foram incorporados alguns dispositivos que ampliam o alcance desse princípio, aqui descritos:

Art. 208. [...]

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 212. [...]

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação (BRASIL, 1988).

Em consonância com os preceitos constitucionais, a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece que: Art. 3º O ensino será

ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996). Por meio da Lei nº 12.796, de 2013, a atual LDB incorporou alguns dispositivos no que concerne à questão do acesso e da permanência, onde se lê:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...]

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

[...]

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

[...] (BRASIL, 2013).

O direito público subjetivo, portanto, traz essa possibilidade de ser exigido, e para isso a sua garantia é viabilizada pela coação jurídica, por meio de agentes públicos responsáveis pela observância das leis. O direito à educação é um direito fundamental, extensivo a todo ser humano. Dessa forma, um Estado de Direito tem por obrigação garantir os direitos do ser humano, dentre os quais se destaca a educação. Importante salientar que o alcance desse direito não se encerra na garantia do acesso, mas inclui também aspectos que buscam garantir e qualificar a permanência.

### 2.3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA

O entendimento da assistência gira em torno da possibilidade de proteção social por meio de subsídios, que no Estado pode ser obtida através de uma legislação social que garanta direitos e dele exija que arque com um conjunto de serviços e benefícios. Essas garantias sociais asseguradas pelo Estado compõem o que se denomina de seguridade social ou a garantia da cidadania plena, com direitos de proteção social garantidos a todos (SPOSATI, 1997, p. 4).

A Assistência Social é uma política pública de atenção e de defesa de direitos, a exemplo de saúde, educação, transporte, emprego, para enfrentar as

fragilidades de determinados segmentos da sociedade, de modo a superar exclusões e defender requisitos mínimos para o exercício da cidadania. Sendo assim, é uma política de longo alcance, na medida em que o homem contém, virtualmente, fragilidades e que as heterogeneidades dos seres humanos geram necessidades especiais (SPOSATI, 1997, p. 5).

No âmbito educacional, essas necessidades especiais vêm orientando a elaboração de políticas de assistência estudantil. As instituições de educação possuem uma função social que vão além da esfera acadêmica e profissional, especificidade ainda mais evidenciada quando se trata da rede pública. Sustentadas no pilar do direito à educação, as políticas sociais de atenção ao estudante agregam relevante valor às ações educacionais e se tornam o canal de viabilização do alcance de indicadores de sucesso, uma vez que incidem diretamente nas condições de acesso e permanência.

A necessidade social e educacional de políticas de assistência estudantil é percebida no cotidiano do Instituto Federal da Bahia e fundamenta-se na análise de Hofling (2001), ao dizer que:

[...] políticas sociais se referem às ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (...) Nestes termos, a educação é entendida como uma política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos. As políticas sociais – e a educação – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social (HOFLING, 2001, p. 31).

Nesse contexto, pensar a assistência estudantil implica em considerar o tipo de Estado que norteia sua concepção e objetivos, uma vez que seu amplo exercício depende diretamente da participação política e cidadã, o que a constitui efetivamente como um direito. No dizer de Demo (2000, p. 13), a assistência cumpre o papel do direito radical à sobrevivência, sendo um direito da cidadania. Os direitos humanos são inalienáveis, e deles não se pode prescindir.

Há que se considerar realidades distintas no que se refere ao pleno exercício do direito. Nem todos podem se auto-sustentar, ou, em certas

circunstâncias, não é razoável esperar que esse processo aconteça. Algumas necessidades são prementes. Onde não há possibilidade de auto-tutela, entra o Estado com a política pública. A política pública faz uma interface com a questão social por meio do controle democrático, em outras palavras, por meio da cidadania.

Demo (2000) destaca dois tipos de assistência: aquela devida de modo permanente, para os segmentos que caracteristicamente não podem se auto-sustentar, e aquela devida de modo provisório, para as pessoas que sofrem de vulnerabilidade intermitente ou ocasional. No segundo caso, “a finalidade da assistência é recuperar as condições de autonomia, tão logo seja possível, não de instituir situação definitiva de dependência” (p. 17). É nesse contexto que a assistência estudantil atua, no sentido de promover um processo de emancipação do sujeito, embora a assistência social no Brasil tenha percalços no seu desenvolvimento e revele traços de política permanente, ao tratar questões provisórias como definitivas.

Para alçar o patamar de política social de caráter emancipatório, Demo (2000) sustenta que a assistência deve fazer interface com outras políticas sociais, das quais destaca a educação. Nenhuma política social pode ser efetiva, se tomada isoladamente, mas a educação tem um caráter mais aglutinador e estratégico. Além disso, já no seu artigo 2º a atual LDB apregoa que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, sua qualificação para o trabalho, além do seu preparo para o exercício da cidadania. Portanto, enquanto política social a assistência estudantil guarda singular relação com os princípios que regem a seara educacional.

Cumprido sinalizar que a assistência social foi a última política social regulamentada no século XX, o que traz desafios para a construção de um sistema de proteção social que contemple o amplo alcance da cidadania. Estabelecida nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal do Brasil de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social, a LOAS (Lei nº 8.742/93), a assistência social vem percorrendo um longo caminho para que o atendimento das necessidades sociais e básicas possa ser reconhecido enquanto direitos sociais. E, no caminho do pleno exercício da cidadania, está a compreensão dos direitos, como identificá-los, como protegê-los e como cobrá-los, conforme aponta Couto (2004, p. 38):

Assim, compreender o movimento que constrói os direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais, torna-se fundamental para pensá-lo como estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais, abdicando da ideia simplista de que seus fundamentos poderiam estar determinados apenas pela lógica da manutenção da sociedade capitalista ou aprioristicamente, baseados na concepção de natureza humana e descolados do movimento social.

Nesse percurso, encontra-se a assistência estudantil, com políticas voltadas à garantia da permanência e atendimento a estudantes em situação de vulnerabilidade social. Inicialmente, tais políticas se limitavam ao ensino superior e, portanto, não contemplavam o ensino fundamental e médio, uma vez que desde a Constituição Federal de 1988 são níveis de ensino cuja provisão e gestão são de responsabilidade dos estados e municípios. Até 2010, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) era restrito ao ensino superior, sendo omissivo em relação ao ensino médio e, portanto, à grande maioria do público dos Institutos Federais. Em função disso, grande parte da literatura aborda a assistência estudantil no âmbito do ensino superior, e dela lançamos mão para apontar alguns aspectos históricos no estudo do desenvolvimento da assistência estudantil no Brasil, enquanto política pública.

Os primórdios da assistência a estudantes do Ensino Superior podem ser datados de 1928, com a criação da Casa do Estudante, que tinha como propósito apoiar estudantes universitários brasileiros, que demonstravam dificuldades de manter residência fixa em Paris. O movimento estudantil guarda singular ligação com as moradias estudantis, que foi o elemento disparador da organização política nacional dos estudantes. Em 1937, a Casa do Estudante do Brasil convoca o 1º Conselho Nacional de Estudantes, no qual se cria a União Nacional dos Estudantes (UNE).

A Casa do Estudante do Brasil se instalou com o objetivo de atender estudantes mais necessitados, promovendo assistência jurídica, bolsas, empregos, biblioteca, saúde e residência, além de servir como sede administrativa da UNE. Tratava-se de um casarão de três andares com um restaurante popular, frequentado por “estudantes carentes e pessoas da comunidade que tentavam se passar por estudantes para usufruir do benefício”. (ARAÚJO, 2007, p. 9)

Em 1938, a UNE rompe com a Casa do Estudante do Brasil durante o II Congresso Nacional dos Estudantes, e com isso se torna uma instituição de caráter mais politizado.

Paralelo a essa questão da moradia, a assistência estudantil é reconhecida pelo Estado brasileiro na década de 30. Tendo como marco a Reforma Francisco Campos, em 1931, o Decreto 19.85/31 institui a Lei Orgânica do Ensino Superior e se constitui na primeira tentativa de regulamentação da política de assistência estudantil no Brasil. Tal reforma foi incorporada à Constituição Federal de 1934 e “estabelecia o repasse de verbas para auxiliar os alunos necessitados através do fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar e dentária”. (LIMA, 2002, p. 26)

Grande avanço ocorre com a Constituição de 1946, que torna a assistência estudantil obrigatória para todos os sistemas de ensino: "Cada Sistema de Ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar" (BRASIL, 1946, artigo 172).

Já em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 4.024/61), o Estado estende a assistência estudantil a todos os estudantes, reconhecendo a assistência social nas escolas como direito à educação e incumbindo os sistemas de ensino a prover e orientar esse tipo de serviço para o tratamento de casos individuais, e não necessariamente a um tipo específico de público, como ocorria até então.

A Constituição de 1967 reafirmava em seu artigo 168 a educação como um direito de todos, ministrada no lar e na escola. Ao dispor no artigo 169 sobre a obrigatoriedade de oferta de serviços de assistência educacional para alunos necessitados que assegurassem condições de eficiência escolar, acrescenta o direito de igualdade de oportunidade. A Emenda Constitucional de 1969 estabelecia no artigo 176, parágrafo segundo, que o ensino seria livre à iniciativa particular e vislumbrará amparo técnico e financeiro dos poderes públicos, inclusive mediante bolsas de estudos. No inciso terceiro do parágrafo terceiro atribuía que o ensino seria gratuito, no ensino médio e superior, para aqueles que demonstrarem aproveitamento e não tiverem recursos suficientes para supri-los. Além disso, o inciso seguinte já vislumbrava o financiamento estudantil por meio de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição. Porém, a partir de 1964 com a ditadura

militar, o movimento estudantil é bastante hostilizado e esse direito se mantém no nível normativo, mas se reduz na prática.

Em 1970, o Governo Federal criou o Departamento de Assistência ao Estudante – DAE, órgão vinculado ao Ministério da Educação – MEC que tinha por objetivo manter uma política de assistência ao estudante universitário em nível nacional, com prioridade para programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológica, porém foi extinto nos governos subseqüentes (FONAPRACE, 1995).

No final da década de 1970 e meados da década de 1980, o governo passou a ter uma maior preocupação com as políticas de assistência estudantil, mas a prioridade girava em torno de políticas que abrangessem os ensinos fundamental e médio. A exemplo, em 1983 o MEC aprovou a Fundação de Assistência ao Estudante, que servia como um instrumento para o próprio MEC executar a Política Nacional de Assistência ao Estudante, na educação pré-escolar e nos níveis de 1º e 2º graus. Essa fundação não contemplava o ensino superior e foi extinta no ano de 1997.

A crise econômica que se instala no governo militar no final da década de 1970 conduz o Brasil a um processo de redemocratização, que permitiu abrir espaço para o debate em torno dos direitos sociais dos cidadãos. Esse processo culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, cujo foco era a garantia da efetividade dos direitos fundamentais e a prevalência dos princípios democráticos.

No campo da educação, a Constituição dedica dez artigos (205 a 214) que salientam princípios e direitos como: a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o conhecimento, gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, ensino fundamental obrigatório e gratuito, acesso aos níveis mais elevados de ensino segundo o mérito de cada um, assistência estudantil em todas as etapas da educação básica, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica do País. A Carta Magna credita especial importância à educação na construção de uma sociedade livre e justa. Embora não mencione a educação superior, a partir da CF de 1988 se iniciam as discussões sobre o acesso e a permanência nas

universidades, o que traz reflexos positivos no campo das políticas de assistência estudantil.

Na mesma linha ideológica, a LDB de 1996 reforça o princípio da igualdade na educação, especificando as categorias acesso e permanência tal qual o texto constitucional. Com um viés visivelmente equitativo, propõe uma educação que atenda à diversidade.

O discurso pela equidade no acesso ao ensino superior como um direito de todos chega no plano internacional pela UNESCO, no ano de 1998, na Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI. Credita-se à democratização do ensino superior a concepção de uma sociedade com mais igualdade social e mais equidade de oportunidades. Dessa forma, a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI afirma que:

[...] Sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos. O compartilhar do conhecimento, a cooperação internacional e as novas tecnologias podem oferecer oportunidades novas para reduzir esta disparidade (UNESCO, 1998, p. 12).

O estabelecimento da criação de um Plano Nacional de Educação (PNE) no artigo 214 da Constituição Federal pela União, em parceria com Estados, Distrito Federal e Municípios, resultou na Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que instituiu o PNE. Contemplando, dentre outros pontos, a melhoria da qualidade do ensino e a redução da desigualdade social no que se refere ao acesso e à permanência na escola, o PNE define as diretrizes, com o objetivo de articulação e o desenvolvimento de todos os níveis de ensino, bem como a integração das ações do Poder Público. Em se tratando do ensino superior, o acesso era o principal problema que limitava a democratização de oportunidades. Mas, na medida em que se avançava nas discussões, constatou-se que não bastava garantir o acesso dos estudantes ao ensino superior, mas também oferecer condições de permanência. A partir daí, aventa-se a possibilidade de se investir em ações de assistência estudantil, de modo a colocar a questão da permanência na agenda das políticas públicas.

A concretização da assistência estudantil como uma política de governo no âmbito das universidades federais só se deu a partir da criação do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação). Através de ações como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), objetiva-se democratizar o acesso e reduzir as taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação, por meio de uma política nacional de assistência estudantil, em consonância com o Plano Nacional de Educação. Conforme descrito no PDE:

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) tem como fim imediato o aumento das vagas de ingresso e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação. (...) O REUNI permite uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, o que aumentará expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública. O desdobramento necessário dessa democratização é a necessidade de uma política nacional de assistência estudantil que, inclusive, dê sustentação à adoção de políticas afirmativas. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) consolida o REUNI. (BRASIL, 2007)

O PNAES foi criado em 2007, com o objetivo de apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial nas instituições federais de ensino superior. Incorporando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 2010, as ações de assistência estudantil do PNAES devem ser desenvolvidas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que compreendeu a necessidade de formulação de uma política de assistência estudantil de abrangência nacional.

Apesar dos avanços, ainda que se possa falar em um programa nacional de assistência estudantil, tal política governamental é restrita às universidades federais

e institutos federais de educação, ciência e tecnologia, o que permite influir que a permanência ainda é uma questão em aberto na agenda de educação.

#### 2.4 A POLÍTICA DE EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A criação dos institutos federais se insere no conjunto de políticas para a educação profissional e tecnológica na atualidade. Além da expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, foram adotadas medidas de ampliação da oferta de cursos técnicos, inclusive na modalidade de Educação a Distância (EaD), em cooperação com estados e municípios, política de ampliação da titulação dos profissionais da rede federal através de programas de mestrado e doutorado e também a política de formação para o trabalho, por meio do Programa da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), que alia a formação geral à qualificação para a laboralidade.

A consolidação de uma política educacional que agrega a formação para o trabalho à formação humana é fruto de um profícuo debate entre intelectuais que defendiam a quebra da dualidade estrutural do ensino médio, de modo a caminhar para a sua universalização com qualidade social.

Conforme descrito em “Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes” (BRASIL, 2010),

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

A concepção dos institutos federais se traduz na consolidação da educação profissional como política pública, uma vez que se propõe por financiamento orçamentário público, a atender a um compromisso com o todo social e à articulação com outras políticas (de trabalho e renda, por exemplo). As concepções e princípios

dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia fazem parte da efetivação do processo de democratização do acesso à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica por meio do seu projeto de expansão.

A expansão da rede pública de ensino através da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) por meio da Lei nº 11.892/08 traz em seu bojo a defesa da educação como um direito de todos os brasileiros, no qual a assistência estudantil ganha papel de destaque. A democratização do acesso à educação profissional e tecnológica torna-se alvo de ações educativas e de assistência ao educando, apontando para a necessidade de políticas que possam garantir não somente o acesso efetivo ao ensino, mas a permanência e conseqüente êxito escolar, especialmente de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

O crescimento expressivo da educação profissional técnica de nível médio na rede federal entre os anos de 2003 e 2010 resultou em mais que o dobro de unidades de ensino no período. Impulso ainda maior foi dado em 2007, com a implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação, sob a ótica da política desenvolvimentista do governo Lula, que estabelece uma relação recíproca entre educação e desenvolvimento econômico e social.

Até esse processo ser iniciado, a lógica do Decreto nº 2.208/97 compunha o cenário da educação profissional, com proposta de organização curricular própria e independente do ensino médio, retomando a dualidade estrutural da educação, expressa principalmente na relação entre educação básica e técnica. Um novo momento na história da educação profissional inicia-se com a aprovação do Decreto 5.154/04, que propunha uma integração epistemológica entre as finalidades da formação geral e da formação para o mundo do trabalho, de modo a tratar a “educação como uma totalidade social”, na expressão de Ciavatta (2005).

O processo de construção dessa nova educação profissional foi impulsionado por um grupo de professores e intelectuais, que participaram ativamente da formulação das políticas do Ministério da Educação, a exemplo de Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos. Na década de 1980, tiveram participação relevante no Fórum de Defesa da Escola Pública, durante o processo de elaboração da Constituição Brasileira e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional, principalmente no que se referia à concepção do ensino médio integrado, para romper com o dualismo educacional.

No segundo mandato do Governo Lula, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é criado dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), vislumbrando a maior expansão de vagas já ocorrida na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Conforme dados do Ministério da Educação (BRASIL, 2013), até o ano de 2002 a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica era composta por 140 unidades. No primeiro governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi lançada a **primeira fase** do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através da Lei nº. 11.195, de 18 de novembro de 2005. Nesta etapa, tinha-se como objetivo a criação de 64 novas unidades de ensino. Em 2007, já durante o seu segundo mandato presidencial, foi lançada a **segunda fase** do Plano de Expansão, dessa vez com a meta de entregar até o final de 2010 mais 150 novas unidades, totalizando ao longo de dois mandatos a criação de 214 unidades. Essa expansão resultou na criação de mais unidades do que as já existentes em toda a história da educação profissional. No final de 2010, a Rede Federal já era composta por 354 unidades espalhadas nas mais diversas regiões do país.

Em 2008, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através da Lei nº. 11.892, aprovada em 29 de dezembro, que também criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Assim, os 31 Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, as 75 Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs, as 39 Escolas Agrotécnicas, as 08 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e as 07 Escolas Técnicas deram origem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Algumas instituições não aderiram ao processo de transformação, isto é, 02 CEFETs, 25 Escolas Vinculadas e uma Universidade Tecnológica. Através da Lei nº. 11.892, foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o país.

Em agosto de 2011, já no governo da Presidente Dilma Rousseff, a política de expansão chega a sua **terceira fase**, quando serão criadas mais 120 unidades em todo o Brasil, elevando o número para 474 unidades.

Quadro 1 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

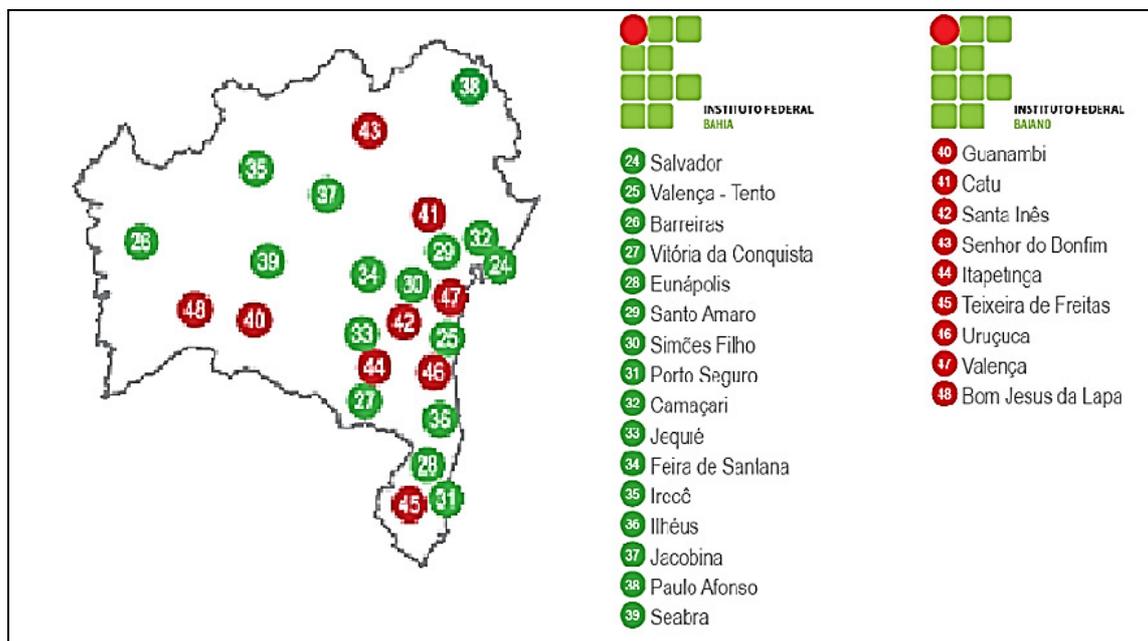
<b>Etapa</b>	<b>Meta</b>
Até 2002	140 unidades
Primeira fase do Plano de Expansão – 2005	64 novas unidades
Segunda fase do Plano de Expansão – 2007	150 novas unidades
Terceira fase do Plano de Expansão – 2011	120 novas unidades
<b>Total</b>	<b>474 unidades</b>

Fonte: Brasil, 2010

Em se tratando do Instituto Federal da Bahia, atualmente sua composição é de 16 (dezesesseis) *campi* e 5 (cinco) núcleos avançados: Barreiras, Camaçari/núcleo avançado em Dias D'Ávila, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso/núcleo avançado em Euclides da Cunha e Juazeiro, Porto Seguro, Salvador/núcleo avançado em Salinas da Margarida, Santo Amaro, Simões Filho, Valença, Vitória da Conquista/núcleo avançado em Brumado e Seabra. Na terceira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, está prevista a criação de cinco novos *campi*: Brumado, Euclides da Cunha e Juazeiro - onde já existem núcleos avançados do Instituto -, além de Lauro de Freitas e Santo Antônio de Jesus.

Importante acrescentar que no Estado da Bahia a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica resultou em dois Institutos Federais: o Instituto Federal da Bahia, fruto da transformação do CEFET-BA, e o Instituto Federal Baiano, que tem origem nas antigas escolas agrotécnicas, conforme demonstramos no mapa a seguir:

Figura 1 – Mapa da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Estado da Bahia



Fonte: Brasil, 2010

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica aponta para o compromisso com o desenvolvimento de estratégias que atendam à necessidade social, permitindo a inclusão das pessoas em situação de vulnerabilidade social e a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem desse público. Além da oportunidade do acesso, o projeto de educação com qualidade social se fundamenta na promoção da permanência com qualidade, seja na oferta de um ambiente acadêmico física e pedagogicamente bem estruturado, seja por meio da promoção da assistência integral ao educando.

A expansão constitui um passo crucial no aumento da oferta de vagas e, conseqüentemente, das possibilidades de acesso. Porém, é importante considerar que o ingresso ao IFBA ocorre mediante processo seletivo, o que por si só não garante a democratização do acesso. Com atenção a isso, o IFBA adota uma política de reserva de vagas, que inclui origem escolar, renda e etnia. Em cumprimento à Lei nº. 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, e à Portaria Normativa do MEC nº 18 de 11/10/2012, que trata da implementação das reservas

de vagas em instituições federais de ensino, do total de vagas oferecidas no processo seletivo anual, 50% (cinquenta por cento) são reservadas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, para o ingresso nos cursos técnicos de nível médio, e para o ingresso nos cursos superiores, também são reservadas 50% (cinquenta por cento) das vagas para estudantes que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas.

No preenchimento destas vagas, 50% (cinquenta por cento) são reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) *per capita*. Conforme o disposto nos Artigos 14 e 15 da Portaria Normativa do MEC nº 18, essas vagas são preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população do Estado da Bahia, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que equivale a 77% (setenta e sete por cento).

A oferta de vagas também é diferenciada nos *Campi* de Eunápolis e Porto Seguro, que, por estarem situados em uma região com características étnicas específicas, em atenção ao disposto na Resolução nº 10 de 01/06/2006 do Conselho Diretor do IFBA, que estabelece o sistema de reserva de vagas, cotas para afro descendentes, indígenas e índios descendentes, nos processos seletivos para ingresso nos cursos oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA, conferindo autonomia às instituições federais de ensino para assegurar em seus editais vagas separadas para os indígenas.

Ainda em se tratando de política inclusiva, em cumprimento ao Decreto Federal nº. 3.298/99, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, com redação dada pelo Decreto nº. 5.296/2004, que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, são disponibilizadas 5% (cinco) das vagas por curso para os candidatos com deficiência.

Com a democratização do acesso, o Plano Nacional de Educação já vislumbra a necessidade de atentar para uma política de permanência, embora

ainda se restrinja às instituições federais de ensino. Para o estudo em questão, o projeto de expansão do acesso na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, fundamentado em indicadores acadêmicos importantes no estudo sobre a efetividade das ações desenvolvidas no âmbito dos institutos federais, tais como evasão e tempo de integralização curricular, abre um espaço de reflexão sobre a questão da permanência, temática que trataremos no próximo capítulo.

### **3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) assume o compromisso com a democratização do acesso e garantia da permanência desde o seu nascedouro, ainda que tenha iniciado esse processo com um viés assistencialista. Os documentos que norteiam a Instituição revelam uma tentativa de agregar política de acesso com política de permanência, através da promoção do incremento cada vez sólido em ações de assistência estudantil.

Neste capítulo, retomamos o detalhamento da metodologia adotada na construção deste trabalho e apresentamos o resultado da pesquisa documental realizada em torno do desenvolvimento da assistência estudantil no IFBA, no espaço temporal de 2004 a 2015.

#### **3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS: CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA E IDENTIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS ANALISADOS**

Antes da análise do lócus da pesquisa, que é o IFBA – Campus Salvador, o estudo partiu de contextos mais amplos de concepção das políticas públicas, sobretudo no que se refere à assistência estudantil na educação profissional.

Pesquisar sobre o universo da assistência estudantil na educação profissional estando diretamente vinculada aos seus processos de elaboração e implementação é igualmente instigante e desafiador, uma vez que existe uma estreita relação entre sujeito e objeto. A natureza interdisciplinar da assistência estudantil, que congrega especificidades da Sociologia, da Assistência Social, do Direito e da Educação, deu à construção do objeto desta pesquisa o contorno necessário para situá-lo no âmbito da educação profissional, e mais especificamente na questão do acesso e da permanência.

A análise e interpretação dos dados qualitativos levantados por meio de pesquisa documental tiveram por base a análise de conteúdo, desenvolvida por Bardin (1977). Para o autor, a análise de conteúdo procura revelar aquilo que está

por trás das palavras sobre as quais se debruça. O propósito do trabalho coaduna com essa estratégia, assim definida:

Conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Na pesquisa documental, foram utilizados os instrumentos descritos abaixo, considerando o horizonte temporal de 2004 a 2014:

- Lei nº. 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)
- Regimento Interno do CEFET-BA (1996)
- Normas do Programa de Assistência ao Educando (2006)
- Normas do Programa de Assistência ao Estudante (2008)
- TAMC – Termo de Acordo de Metas e Compromissos MEC/IFBA (2010)
- Regimento Interno do IFBA – Campus Salvador (2013)
- Diretrizes para a Política de Assistência Estudantil do IFBA (2010)
- Documento Normativo da Política de Assistência Estudantil do IFBA (2014)
- Plano de Desenvolvimento Institucional do IFBA 2014-2018 (2014)
- Projeto Pedagógico Institucional do IFBA (2013)
- Plano Nacional de Assistência Estudantil (2010)
- Plano Nacional de Educação (2014)
- Relatório de Gestão do IFBA 2012 (2013)
- Relatório de Gestão do IFBA 2013 (2014)
- Avaliação do Planejamento Institucional do IFBA 2013 (2014)

Dentre relatórios, regimentos, planos, normas e projetos, foram analisados 15 (quinze) documentos. Antes de apresentar os resultados da análise documental, apresentaremos a evolução da assistência estudantil no IFBA e a caracterização do trabalho de acompanhamento interdisciplinar que vem sendo construído desde o ano de 2004.

### 3.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA: DA CRIAÇÃO À INCLUSÃO NO PNAES

A Assistência Estudantil no IFBA começa a trilhar seus caminhos através da inserção do profissional de Serviço Social na Instituição, que deu início no ano de 1994, no atual Campus de Barreiras, quando foram nomeadas por concurso público duas profissionais para atuarem em duas diferentes linhas de trabalho, Coordenação Pedagógica e Recursos Humanos. Essas duas perspectivas de atuação serviram de base para o concurso no Campus Salvador, em 2004, dez anos depois, quando pela primeira vez foram incluídas vagas para assistente social.

Na ocasião, não existia uma política de assistência estudantil institucionalizada; em seu lugar, um documento intitulado “Normas do Programa de Assistência ao Educando” fora aprovado pelo Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA através da Resolução nº 21, de 22 de dezembro de 2003, resultado dos trabalhos realizados pelas comissões constituídas por meio de resoluções e portarias internas. A assistente social que foi lotada na Coordenação Pedagógica, setor diretamente vinculado à Diretoria de Ensino, teve como primeira atribuição a revisão das Normas do Programa de Assistência ao Educando (PAE), que foram elaboradas sem a participação do profissional do Serviço Social, mas ainda não haviam sido implementadas. Um dos questionamentos propostos pelo Serviço Social partia da constatação de que uma Instituição com 3.000 alunos regularmente matriculados possuía apenas 50 inscritos no Programa. Por conta disso, as Normas do PAE, que incluíam a seleção e o acompanhamento social, foram revisadas à luz da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e as alterações foram encaminhadas para o Conselho Diretor do então CEFET-BA, e foram plenamente acatadas.

O PAE foi implantado em 2005, com a oferta de benefícios eventuais, como isenção de taxas acadêmicas, isenção de taxas para o processo seletivo e bolsas de estágio, sendo realizado um processo seletivo para a concessão do benefício, uma vez que o Programa não tinha caráter universal.

Em 2006, nova proposta de alteração do PAE foi encaminhada pelas Assistentes Sociais do CEFET-BA ao Conselho Diretor, na perspectiva de torná-lo

mais inclusivo, já que as regras do processo seletivo excluíaam estudantes da etapa inicial e também os retidos. A proposta resultou na reedição do Programa de Assistência ao Educando (PAE) através da Resolução nº 09, de 31 de maio de 2006, do Conselho Diretor do CEFET-BA, após parecer do Serviço Social. Naquele momento, foi incluída a concessão de Auxílio Financeiro e Bolsas de Estágio a estudantes “de comprovada carência socioeconômica”, contemplando os cursos de Nível Médio, Técnico e Superior, além da modalidade Educação de Jovens e Adultos (CEFET-BA, 2006, p. 01), o que resultou no aumento da inscrição para 256 estudantes.

Os estudantes inscritos no PAE faziam a opção da modalidade de atendimento no ato da inscrição, seja para Auxílio Financeiro anual, voltado para comprovada aquisição de material escolar, fardamento ou óculos, ou Bolsa de Estágio mensal, por meio da participação em um Projeto de Incentivo à Aprendizagem – PINA. Os estudantes contemplados por uma dessas modalidades automaticamente adquiriam isenção de taxas acadêmicas, tributo que na ocasião existia. Conforme as normas que o regulamentavam, os objetivos do então Programa de Assistência ao Educando eram:

- I. Possibilitar, mediante recursos próprios do CEFET-BA, a concessão de Bolsas Estágio a alunos de comprovada carência sócio-econômica devidamente matriculados nesta instituição, visando o incentivo aos estudos e à pesquisa;
- II. Incentivar a participação dos alunos em atividades que possibilitem a complementação da aprendizagem, através do engajamento em Projetos de Incentivo à Aprendizagem;
- III. Proporcionar, ao aluno bolsista, atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho e da pesquisa;
- IV. Fornecer, mediante comprovação prévia de carência sócio-econômica por parte do aluno, e após ser selecionado dentre os demais classificados, Auxílio Financeiro eventual para a aquisição de materiais escolares e serviços que possibilitem ao mesmo efetiva execução de suas atividades acadêmicas. (CEFET-BA, 2006 p. 01).

Após o processo seletivo, etapa contemplada no primeiro objetivo do Programa, a fim de comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica, a equipe do Serviço Social procedia ao acompanhamento social, atendendo aos demais objetivos. Tal acompanhamento consistia na organização de encontros mensais,

com ofertas de palestras e minicursos voltados para a preparação para o mundo do trabalho e da pesquisa, incluindo temas sugeridos pelos próprios bolsistas, como Programa Primeiro Emprego, Correspondência Oficial, Ingresso no Serviço Público Federal, dentre outros.

Ainda no ano de 2006, após a realização das visitas domiciliares, uma das etapas do processo seletivo do PAE, o Serviço Social constatou que a realidade social de grande parte dos estudantes beneficiários chegava a ultrapassar a linha da pobreza. Na ocasião, as observações resultaram em um relatório encaminhado à Diretoria de Ensino do CEFET-BA, que enfatizava a interferência da situação socioeconômica na permanência do estudante, principalmente as necessidades básicas, como saúde, alimentação e moradia, culminando com a sugestão de realização de convênios com fundações públicas para obtenção de apoio financeiro, no sentido de ampliar a assistência estudantil. Na ocasião, foi realizado um convênio com a Fundação Clemente Mariani, através da oferta de bolsas de estudos, acompanhamento pedagógico e monitoria.

Com a implantação do sistema de reserva de vagas, a partir de 2007, com 50% das vagas destinadas a estudantes oriundos de escolas públicas, a demanda por assistência estudantil cresceu ainda mais, o que se ilustra com o aumento da inscrição do PAE para 350 estudantes.

Em 2008, o Programa de Assistência ao Educando passa a denominação de Programa de Assistência ao Estudante, e através da Resolução nº 22 do mesmo ano tem novas normas aprovadas, sendo o principal diferencial o atendimento a todos os discentes regularmente matriculados, com comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Em função da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a diversificada demanda por Assistência Estudantil e insuficiência dos Programas já existentes para viabilizar a garantia de acesso e permanência dos estudantes fizeram emergir a necessidade de ampliação das suas linhas de atuação, de modo a contemplar programas de caráter seletivo, mas também outros de caráter universal. A construção ocorreu através de um diálogo intenso entre o Serviço Social, o movimento estudantil e gestores, o que deu origem

à Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA.

Esse processo foi iniciado em 2009, quando foi composta uma comissão<sup>1</sup> multiprofissional, envolvendo servidores da área de Pedagogia, da Psicologia e do Serviço Social, responsável pela elaboração de uma proposta de Diretrizes para a Política de Assistência Estudantil.

Nesse ínterim, novo cenário surge para a Assistência Estudantil no IFBA com a inclusão dos Institutos Federais no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), através do Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, conforme disposto no seu artigo 4º:

Art. 4º. As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

O PNAES representa um avanço na consolidação da assistência estudantil como política de Estado, e a inclusão dos Institutos Federais revela a intencionalidade do Ministério da Educação em fortalecer a permanência na educação profissional, uma vez que em 2007 já havia sido criada pela SETEC uma assistência ao estudante para o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação de Jovens e Adultos – PROEJA<sup>2</sup>, ainda que sendo uma ação pontual.

Já contempladas no PNAES, as Diretrizes para a Política de Assistência Estudantil do IFBA foram aprovadas pelo Conselho Superior do Instituto em outubro de 2010. De acordo com o documento (IFBA, 2010),

A Política de Assistência Estudantil é um arcabouço de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implantação de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos

---

<sup>1</sup> Comissão instituída por meio da Portaria nº 1.291, de 05 de novembro de 2009.

<sup>2</sup> O projeto de Inserção Contributiva foi criado pela Coordenação Geral de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica no intuito de diagnosticar a situação dos cursos PROEJA em algumas instituições federais, procurando identificar as causas do alto índice de abandono dos cursos e estabelecer estratégias de monitoramento e avaliação para superação da evasão, com a assessoria da SETEC e demais parceiros.

estudantes do IFBA, com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e ao bem estar biopsicossocial.

A Política de Assistência Estudantil do IFBA é norteada pelos seguintes princípios: a afirmação da educação profissionalizante (ensino técnico e superior) como uma política de Estado; gratuidade do ensino de qualidade; igualdade de condições e equidade no acesso, permanência e conclusão de curso; formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes; garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania; defesa em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos e/ou discriminação por questões de inserção de classe social, gênero, etnia/cor, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física; pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central (IFBA, 2010).

De acordo com tais princípios, a Política de Assistência Estudantil do IFBA (IFBA, 2010) tem por objetivos:

- I. Promover a formação do cidadão histórico-crítico oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país;
- II. Promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes do IFBA com vistas à inclusão social e democratização do ensino;
- III. Assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas;
- IV. Proporcionar ao estudante com necessidades educativas específicas as condições necessárias para o seu desenvolvimento acadêmico, conforme legislação vigente;
- V. Contribuir para a promoção do bem estar biopsicossocial dos estudantes;
- VI. Contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, buscando minimizar a reprovação e a evasão escolar;
- VII. Promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico;
- VIII. Preservar e difundir os valores éticos de liberdade, igualdade, democracia e solidariedade;

IX. Assegurar a prestação de serviços com igualdade e/ou equidade considerando as diferenças de classe social, gênero, etnia/cor, religião, orientação sexual e condição física.

A implantação da política deu início no ano de 2011, com o desafio de pensar critérios, processos, princípios e objetivos, de forma a democratizar informações e, de fato, dar diretriz às diversas ações desenvolvidas em todos os *Campi* do IFBA, no âmbito da Assistência Estudantil. Nesse momento, foi criada uma nova comissão<sup>3</sup> multiprofissional, responsável por elaborar o documento normativo da Política de Assistência Estudantil do Instituto, contemplando os programas seletivos, voltados para estudantes em situação de vulnerabilidade social, e os programas universais, voltados para todo e qualquer estudante regularmente matriculado no Instituto. As Normas da Política de Assistência Estudantil, embora aprovadas com ressalvas pelo Conselho Superior do Instituto, objetivam, sobretudo, garantir um acompanhamento sistematizado que contribua para a permanência qualificada do estudante, de modo a concretizar os direitos estudantis.

A partir do parecer do Conselho Superior do Instituto, a mesma comissão se debruçou sobre a revisão do Documento Normativo da Política de Assistência Estudantil do IFBA, que foi aprovado no final de 2014. Nesse documento, estão descritos todos os procedimentos para a execução da Política de Assistência Estudantil, contemplando programas seletivos e universais. O principal avanço obtido até então é a possibilidade de implantação de todos os programas previstos, já que a falta de normatização restringia a execução da assistência estudantil ao Programa de Apoio e Assistência ao Estudante, que não tem dado conta de atender a todos os estudantes em situação de vulnerabilidade social, uma vez que a quantidade de inscritos é bastante superior ao número de vagas ofertadas.

Diferentemente das propostas anteriores de assistência estudantil, que tinham caráter exclusivamente seletivo, a atual Política de Assistência Estudantil do IFBA busca superar o assistencialismo que ora marcava suas iniciativas e está dividida em três eixos (IFBA, 2014):

I. Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE): destina-se a estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade social,

---

<sup>3</sup> Comissão instituída por meio da Portaria nº 864, de 03 de junho de 2011.

tendo como obrigatória a participação em processo de seleção socioeconômica;

II - Programas Universais: destina-se a todo e qualquer estudante regularmente matriculado no IFBA, sem critérios de seleção socioeconômica ou meritocráticos;

III - Programas Complementares: destina-se a todo e qualquer estudante regularmente matriculado no IFBA, devendo a sua participação estar condicionada a questões socioeconômicas e/ou meritocráticas.

O Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes (PAAE) é um Programa Seletivo que visa apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no sentido da permanência, no âmbito do qual o profissional de Serviço Social desenvolve ações de seleção dos estudantes, podendo inseri-los, de acordo com sua demanda, em uma das modalidades de bolsas (Bolsa Estudo e Bolsa vinculada a Programas de Incentivo à Aprendizagem) e auxílios (Auxílio Transporte, Auxílio Moradia, Auxílio para Aquisições, Auxílio Cópia e Impressão e Auxílio Alimentação) que compõem (IFBA, 2014). A inscrição e a seleção para o PAAE são efetivadas mediante os seguintes critérios:

I - o estudante estar matriculado e frequentando regularmente um dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Ensino Superior ou da Educação de Jovens e Adultos no IFBA;

II - o estudante estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, considerando os seguintes aspectos pessoais e familiares:

- a) renda mensal per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio vigente, conforme disposto no decreto nº 7.234, de 19.07.2010;
- b) contexto das relações familiares, no que tange ao arranjo familiar, número de membros, situação de violência, conflitos familiares e processos judiciais, dentre outros;
- c) situação habitacional, referente à estrutura, localização, financiamento, dentre outros;
- d) participação em Programas Sociais do Governo e serviços socioassistenciais;
- e) situação que afete a saúde do estudante ou membro(s) da família, comprovada por meio de atestados médicos, bem como comprovantes de despesas com medicamentos, exames e consultas;
- f) histórico acadêmico, considerando defasagem idade-série, interrupção do processo de escolarização, nível de escolaridade, natureza da escola de origem, recebimento de bolsas de estudo.

Constituem-se Programas Universais, realizados através de projetos voltados para todos os estudantes regularmente matriculados no IFBA em todos os níveis e

modalidades de ensino, conforme critérios próprios descritos no Documento Normativo (IFBA, 2014):

- Programa de Educação para Diversidade;
- Programa de Atenção às Pessoas com Necessidades Específicas;
- Programa de Assistência à Saúde;
- Programa de Acompanhamento Psicológico;
- Programa de Acompanhamento Pedagógico;
- Programa de Acompanhamento Social;
- Programa de Incentivo à Educação Física e Lazer;
- Programa de Incentivo à Educação Artística e Cultural;
- Programa de Incentivo à Formação da Cidadania;
- Programa de Assistência a Viagens.

O Programa de Educação para Diversidade tem como objetivo viabilizar ações que possibilitem reflexões e mudanças de atitudes sobre equidade, diversidade étnicorracial, gênero, religião, orientação sexual, idade, dentre outras questões relativas, demandadas pelo contexto no qual o campus está inserido.

O Programa de Atenção às Pessoas com Necessidades Específicas tem como objetivo desenvolver ações com a finalidade de garantir aos estudantes com Necessidades Específicas condições de equidade no acesso, na permanência, no acompanhamento e no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e conclusão dos cursos com qualidade.

O Programa de Assistência à Saúde tem por objetivo promover a assistência à saúde da comunidade discente, em caráter preventivo, educativo e de primeiros socorros.

O Programa de Acompanhamento Psicológico visa à promoção do bem-estar biopsicossocial e das condições para a aprendizagem dos estudantes, através de ações de natureza preventiva e interventiva e de promoção de saúde, que respeitem a ética e os direitos humanos e priorizem a multidisciplinaridade.

O Programa de Acompanhamento Pedagógico tem como objetivo subsidiar o processo ensino-aprendizagem por meio de estratégias institucionais que viabilizem a aprendizagem dos estudantes.

O Programa de Acompanhamento Social prevê ações voltadas à atenção social, observando-se os riscos pessoais e sociais que os estudantes podem ser acometidos, visando à qualidade da sua formação acadêmica e cidadã.

O Programa de Incentivo à Educação Física e Lazer objetiva contribuir para a formação física e intelectual, agindo também como um elemento de inclusão social, colaborando com a formação cidadã.

O Programa de Incentivo à Educação Artística e Cultural tem por finalidade possibilitar aos estudantes o exercício dos direitos de acesso aos bens e à produção cultural, visando oferecer uma formação estética ampliada, de modo a incentivar o desenvolvimento da criatividade e do olhar analítico, além de promover a prática da sensibilidade, melhorar a autoestima e o aprimoramento do fazer artístico, a qualidade do desempenho acadêmico e produção do conhecimento.

O Programa de Incentivo à Formação de Cidadania tem como objetivo fomentar espaços de discussão e reflexão do estudante enquanto sujeito político crítico, contribuindo para a construção de sua autonomia e a sua participação ativa no ambiente acadêmico-científico e na sociedade.

O Programa de Assistência a Viagens visa viabilizar a participação do estudante em eventos, reuniões e comissões. Serão consideradas ajudas de custo com viagens para apresentar trabalhos acadêmicos, científicos, tecnológicos, artísticos, culturais e esportivos vinculados à Instituição, bem como para participar de comissões instituídas por portaria e/ou resolução e representar o IFBA ou campus em fóruns internos e externos, mediante autorização oficial.

Os Programas Complementares são destinados aos estudantes que mais necessitem de custeio total ou parcial para viagens em programas de mobilidade acadêmica nacional e internacional, auxílio para iniciação científica e tecnológica ou auxílio para atuação em monitoria de disciplinas específicas ou projetos de extensão relacionados ao ensino. Constam de três modalidades: Programa de Mobilidade Acadêmica; Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica; Programa de Monitoria

O Programa de Mobilidade Acadêmica é o Programa Complementar destinado a custear, total ou parcialmente, viagens e manutenção de estudantes com mérito acadêmico e em situação de maior vulnerabilidade social, em programas de mobilidade acadêmica nacional e internacional, bem como a documentação necessária para a viagem (passaporte, visto, atestado de saúde), as ações relacionadas à proficiência em línguas estrangeiras, mediante análise da relevância do intercâmbio para a formação do estudante e da disponibilidade de recursos.

O Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFBA é regulado pelo Regulamento Geral do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica, aprovado pela Resolução nº 24, de 06 de setembro de 2012. Está inserido na Política de Assistência Estudantil com o objetivo de promover e ampliar a formação integral de estudantes dos cursos técnicos – nas formas integrada e subsequente –, e superior do IFBA, estimulando e desenvolvendo a pesquisa científica e tecnológica com custeio de bolsas de Iniciação Científica.

O Programa de Monitoria é o Programa Complementar destinado a custear bolsas para estudantes selecionados por mérito e em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica para atuarem como monitores de disciplinas específicas ou projetos de extensão relacionados ao ensino, mediante projeto e sob a supervisão do docente da disciplina ou projeto de extensão. As propostas serão analisadas com base na relevância da monitoria para o êxito dos estudantes da disciplina, para a formação do estudante monitor e na disponibilidade de recursos.

A possibilidade de ampliar o atendimento por meio dos Programas Universais e Complementares demonstra que a assistência estudantil não é uma ação pontual que se encerra em um processo seletivo engessado. Ainda que não sejam contempladas todas as situações de vulnerabilidade socioeconômica, considerando o quantitativo de cerca de 5 (cinco) mil estudantes regularmente matriculados, podemos observar a evolução da demanda por assistência estudantil, de 2004 a 2014, conforme descrevemos no Quadro 2.

*Quadro 2– Demanda por Assistência Estudantil no IFBA – Campus Salvador*

<b>Ano</b>	<b>Nº de Bolsas Ofertadas</b>
2004	50 (inscritos)
2005	Dados não disponíveis
2006	199 (inscritos)
2007	350 (inscritos)
2008	110
2009	Dados não disponíveis
2010	206
2011	467
2012	798
2013	1052
2014	1536

Fonte: Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante/IFBA

Conforme ilustrado no quadro 2, observa-se que houve expressivo crescimento ao longo de dez anos na oferta de assistência estudantil desde a sua implantação. Porém, em função da falta de registros, não foi possível informar a quantidade de bolsas ofertadas em todos os anos de execução da Política de Assistência Estudantil. Não existem dados sistematizados relativos à quantidade de estudantes inscritos e atendidos pelos programas seletivos no período em que se insere a pesquisa, mas é possível perceber que houve ampliação progressiva do número de bolsas ofertadas entre os anos de 2004 e 2014. Esse fato ilustra ainda mais a necessidade de formalização de estratégias de gestão e acompanhamento das ações de Assistência Estudantil na Instituição.

Essa configuração atual da Assistência Estudantil é resultante de muito debate institucional, que também culminou na formalização, no final de 2014, do Departamento de Permanência e Assistência Estudantil, no âmbito da Reitoria do IFBA. A criação desse Departamento estava prevista no Regimento Geral do Instituto, aprovado em 27 de julho de 2013, mas a materialização ocorrera apenas em 14 de dezembro de 2014, com a nomeação da primeira chefe, através da Portaria nº. 2.059.

O Departamento de Permanência e Assistência Estudantil, vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, é responsável por articular, formular e implementar a Política de Assistência Estudantil do IFBA, por meio de ações, projetos e programas, visando à melhoria das condições socioeconômicas e psicossociais do estudante, a inclusão e a formação plena, possibilitando sua permanência qualificada no IFBA (IFBA, 2013).

O Regimento Geral do IFBA também disciplina que cada Campus deverá compor uma Coordenação de Assistência e Apoio Estudantil, equivalente em todo o âmbito do IFBA, denominada de “Coordenação de Assistência Estudantil”.

Esse é o cenário da Assistência Estudantil no IFBA, que se tornou uma política institucional articulada e estratégica, de modo a buscar uma interseção entre o social e o educacional. Ainda que o estudo em questão se refira ao Campus Salvador, as ações são comuns a todos os campi, que desde os primeiros encontros demonstraram capacidade técnica de dialogar e construir coletivamente esse processo. Por sua vez, em se tratando da construção do trabalho interdisciplinar nos campi, o Campus Salvador se tornou referência, por ter sido o primeiro a estruturar e regimentar esse trabalho, conforme veremos de forma cronológica no item que segue.

### 3.3 TRABALHO INTERDISCIPLINAR DE ACOMPANHAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – CAMPUS DE SALVADOR

A Política de Assistência Estudantil do IFBA atualmente é implementada pela Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante (DEPAE), que é composta por uma equipe multiprofissional, incluindo profissionais de Pedagogia, Serviço Social, Psicologia e Nutrição, na perspectiva da construção de uma atuação interdisciplinar.

A implantação da assistência estudantil no IFBA coincide com a inserção do profissional de Serviço Social na instituição, conforme apresentamos no item anterior. No ano de aprovação do Regimento Interno da Instituição, em 1996, na ocasião sob a institucionalidade de Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA), o único campus que dispunha do profissional de Serviço Social

era Barreiras. Embora vislumbrasse uma atenção específica para estudantes “carentes”, o Regimento Interno do CEFET-BA não mencionava a figura do assistente social e não caracterizava a assistência estudantil, centrando todo o trabalho de acompanhamento do estudante na figura do pedagogo, sob a ótica da orientação educacional. Com o Regimento Interno já vigorando, as demais áreas profissionais foram incorporadas à instituição, que especificamente no Campus Salvador ocorrera no ano de 2004, com o ingresso de assistentes sociais e psicólogos via concurso público. Ainda que as atribuições não estivessem formalizadas, cada profissional foi se inserindo no cotidiano da instituição, de modo a agregar seus saberes profissionais às atribuições que de alguma forma se aproximavam das suas competências.

Naquele momento, existiam dois setores competentes para gerenciar ações de assistência estudantil, a Gerência de Orientação e Apoio ao Aluno (GAOA) e a Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEP). Na perspectiva de atender às demandas institucionais, a equipe foi assimilando algumas atribuições e, na prática, estruturando outras, na perspectiva de caracterizar a inserção de cada área profissional na configuração do trabalho.

Dado o caráter histórico de construção desse trabalho interdisciplinar, torna-se importante elencar aqui as respectivas atribuições desses setores que constavam no Regimento Interno do CEFET-BA de 1996, conforme ilustramos nos Quadros 3 e 4.

*Quadro 3 – Atribuições da COTEP. Setor Pedagógico do CEFET/BA*

I.	Coordenar estudos e pesquisas que visem aprimorar a execução dos currículos e a aplicação de métodos e técnicas pedagógicas;
II.	Participar do planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades do processo ensino-aprendizagem;
III.	Propor medidas pedagógicas em decorrência de diagnose feita;
IV.	Prestar assistência técnico-pedagógica ao corpo docente, às coordenações de cursos e coordenações de áreas;
V.	Propor medidas que visem ao contínuo aperfeiçoamento do pessoal envolvido no processo pedagógico;
VI.	Realizar intercâmbios com outras agências educacionais com vistas ao aprimoramento educacional da instituição;

*Quadro 4 – Atribuições da COTEP. Setor Pedagógico do CEFET/BA*

VII.	Promover a integração escola-família no âmbito do 2º grau;
VIII.	Identificar causas do baixo rendimento escolar, sugerindo intervenções que promovam sua retração;
IX.	Organizar e manter atualizado um cadastro de docentes, com dados de interesse dos departamentos e das coordenações de cursos e de áreas;
X.	Colaborar na elaboração de planos de aperfeiçoamento docente;
XI.	Supervisionar programas que venham contribuir pra melhoria do ensino;
XII.	Organizar junto aos departamentos, os dados relativos ao desempenho docente;
XIII.	Analisar os resultados da avaliação dos alunos apresentando parecer conclusivo junto aos departamentos;
XIV.	Organizar o conselho de classe, no âmbito do 2º grau, nos termos da sua normatização;
XV.	Zelar pelo cumprimento das cargas horárias e conteúdos totais das disciplinas em conjunto com os departamentos;
XVI.	Organizar catálogo dos currículos dos cursos, programas e ementas das disciplinas
XVII.	Propor calendário de provas de unidades para o 2º grau;
XVIII.	Coordenar juntamente com os departamentos acadêmicos, a realização de provas e divulgação dos resultados;
XIX.	Prestar assistência aos docentes no âmbito da tecnologia educacional.

Fonte: CEFET-BA, 1996

*Quadro 5 – Atribuições da GAOA. Setor Pedagógico do CEFET/BA*

I.	Assistir aos novos alunos dando-lhes a orientação necessária, promovendo e realizando atividades de integração;
II.	Acompanhar os alunos de baixo rendimento escolar, bem como os repetentes, fornecendo-lhes as orientações pertinentes;
III.	Promover programas de divulgação e informação profissional;
IV.	Efetuar levantamento da evasão discente;
V.	Acompanhar processos de trancamento de matrícula;
VI.	Fazer a caracterização sócio-econômica do corpo discente;
VII.	Proceder orientações às famílias dos alunos com dificuldades de integração, de aprendizagem ou de ordem psicopedagógica;

*Quadro 6 – Atribuições da GAOA. Setor Pedagógico do CEFET/BA*

VIII.	Distribuir os boletins escolares do 2º grau, efetuando estudos e análises pedagógicas quando for necessário;
IX.	Informar ao corpo docente sobre problemas e dificuldades dos alunos;
X.	Fazer análise estatística dos resultados do rendimento escolar com vistas à tomada de decisões junto ao corpo docente;
XI.	Programar os horários de orientação educacional aos alunos, no conjunto das atividades acadêmicas do 2º grau;
XII.	Informar aos alunos sobre os programas institucionais de assistência psicopedagógica e médico-hospitalar, alimentação escolar, bolsas de trabalho, bolsas monitoria, passe escolar, carteira estudantil e auxílio financeiro, promovendo assistência necessária aos alunos carentes;
XIII.	Planejar, executar, avaliar e coordenar os programas de bolsa de trabalho, bolsa de monitoria, auxílio financeiro e merenda escolar;
XIV.	Auxiliar a Coordenação Técnica Pedagógica na organização do Conselho de Classe, no âmbito do 2º grau.

Fonte: CEFET-BA, 1996

No que concerne à área pedagógica, a COTEP tinha por finalidade maior realizar supervisão pedagógica junto aos docentes e a GAOA orientação educacional junto aos estudantes. Considerando que o saber pedagógico pertinente ao ensino e ligado à COTEP é restrito à figura do pedagogo, no processo de integração dos demais profissionais à instituição algumas das atribuições da GAOA se tornaram prioridade na construção do trabalho, tendo em vista que o ponto de interseção da equipe se tornou o estudante. Com exceção da promoção da integração escola-família, as demais atribuições assumidas pela equipe eram de propriedade da GAOA, tais como: assistir aos novos alunos dando-lhes a orientação necessária, promovendo e realizando atividades de integração; acompanhar os alunos de baixo rendimento escolar, bem como os repetentes, fornecendo-lhes as orientações pertinentes; efetuar levantamento da evasão discente; fazer a caracterização socioeconômica do corpo discente; proceder orientações às famílias dos alunos com dificuldades de integração, de aprendizagem ou de ordem psicopedagógica; informar ao corpo docente sobre problemas e dificuldades dos alunos; informar aos alunos sobre os programas institucionais de assistência psicopedagógica e médico-hospitalar, alimentação escolar, bolsas de trabalho,

bolsas monitoria, passe escolar, carteira estudantil e auxílio financeiro, promovendo assistência necessária aos alunos carentes; planejar, executar, avaliar e coordenar os programas de bolsa de trabalho, bolsa de monitoria, auxílio financeiro e merenda escolar.

Para melhor visualizarmos a evolução desse trabalho, cumpre apresentar de forma mais específica dados relativos à inserção de outras categorias profissionais na Instituição além do pedagogo, começando pelo assistente social.

No Campus Salvador, a primeira convocação de assistente social por concurso público deu-se em 2004, com o preenchimento de duas vagas, sendo uma para Recursos Humanos e outra para a área Pedagógica. No que se refere à área pedagógica, o profissional foi lotado na Diretoria de ensino e prestava atendimento aos dois setores pedagógicos supracitados, tendo como primeira demanda a revisão das Normas do Programa de Assistência ao Educando. Todo o trabalho de seleção, acompanhamento e orientação dos bolsistas era desenvolvido pelo Serviço Social.

No mesmo concurso, um profissional de Psicologia foi convocado e inserido na área Pedagógica. A partir de então, iniciou-se a tentativa de construção de um trabalho interdisciplinar, com a confluência de saberes profissionais de pedagogos, assistentes sociais e psicólogos, para além da assistência estudantil. Entre os anos de 2004 e 2008, muitas indagações sobre as atribuições desses profissionais surgiram, até que ao final de 2008 a transformação do CEFET-BA em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) abriu um espaço político e estratégico para reafirmação do papel da Psicologia e do Serviço Social na Educação.

Na prática, até a reformulação e aprovação do novo Regimento Interno, os dois setores pedagógicos Gerência de Orientação e Apoio ao Aluno (GAOA) e Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEP) foram aglutinados em 2009, agregando duas vertentes pedagógicas, a supervisão pedagógica (da antiga COTEP) e a orientação educacional (da antiga GAOA). Com o nome provisório de “Setor Multidisciplinar”, reuniu pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e nutricionista, sendo esta a última categoria profissional que se integrou à equipe, em 2012.

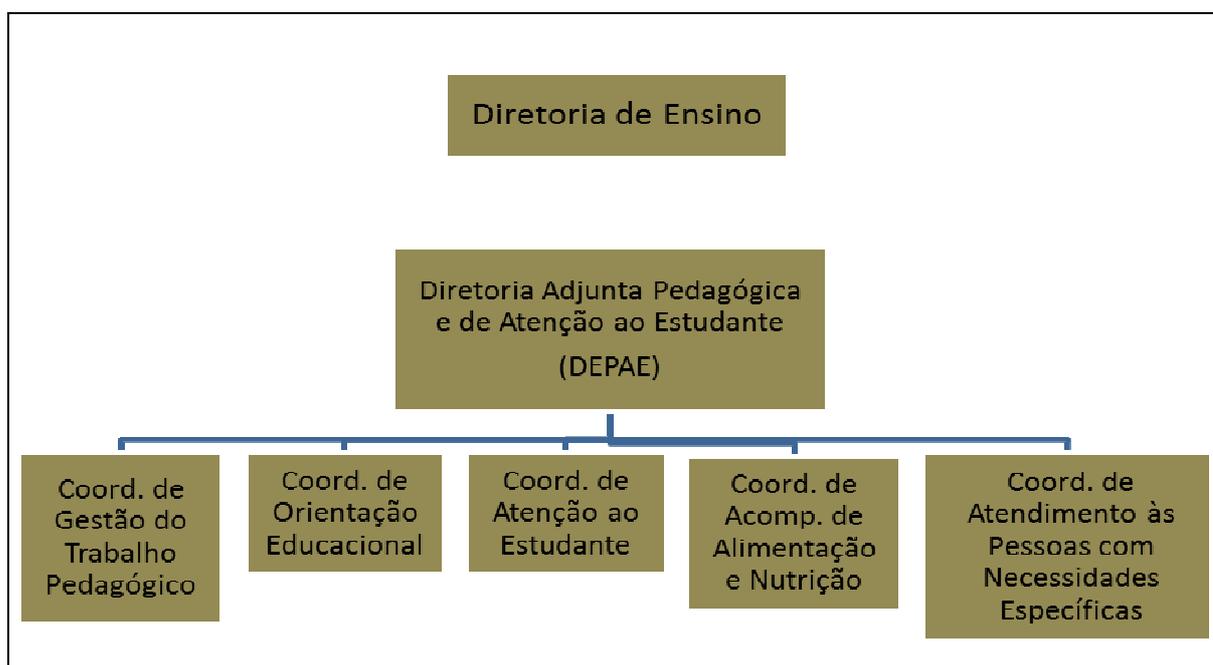
Em 2013, o então Setor Multidisciplinar deu origem à DEPAE – Diretoria Pedagógica e de Atenção ao Estudante, com estrutura e concepção devidamente

regimentadas. Apesar da nova institucionalidade obtida em 2008, essa configuração interdisciplinar da DEPAE só foi oficializada em 2013, quando da aprovação do Regimento Interno do IFBA – Campus Salvador. Também foi integrado à DEPAE o órgão responsável por promover a inclusão no IFBA, que passou de Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NAPNEE) para o status de Coordenação de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE).

O processo de definição das atribuições da DEPAE fora iniciado desde 2009, quando da criação do Setor Multidisciplinar. As discussões se deram a partir da problematização do Regimento Interno do antigo CEFET-BA, além da tentativa de institucionalizar todo o trabalho que vinha sendo construído pela equipe.

No quadro a seguir, visualizamos a configuração atual da DEPAE, setor vinculado à Diretoria de Ensino e responsável, dentre outras ações, por implementar a Política de Assistência Estudantil no Campus Salvador:

*Quadro 7 – Organograma da DEPAE*



Fonte: IFBA, 2013

As atribuições da Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante revelam o grau de amadurecimento do trabalho integrado que vinha sendo realizado desde o ano de 2004, dentre as quais destacamos (IFBA, 2013):

Garantir articulação entre os programas, projetos e profissionais envolvidos na execução das ações desta;  
 Implementar ações da Política de Assistência Estudantil do IFBA no campus;  
 Socializar a Política de Assistência Estudantil do IFBA, reafirmando a sua concepção enquanto direito social, junto à comunidade do Campus, objetivando a sua melhoria;  
 Participar da avaliação da Política de Assistência Estudantil do IFBA, em colaboração com a comunidade do Campus;  
 Desenvolver o Programa de Assistência e Apoio ao Estudante, conforme normas da Política de Assistência Estudantil do IFBA;  
 Realizar estudos em parceria com diversos profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem, com vistas à intervenção na perspectiva integral e integrada.

A primeira atribuição descrita resume o cotidiano do trabalho da equipe multiprofissional, que é concebido e realizado com a participação efetiva de cada segmento, com respeito aos princípios éticos e concernentes aos respectivos Conselhos Profissionais.

No quadro a seguir, elencamos algumas atribuições de cada coordenação, que fundamentam o trabalho interdisciplinar em estudo.

*Quadro 8 – Atribuições das Coordenações da DEPAE*

<b>Coordenação</b>	<b>Atribuições</b>
Coordenação de Gestão do Trabalho Pedagógico	<p>Coordenar o planejamento, acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem, em parceria com os docentes;</p> <p>Identificar e dar encaminhamento devido às questões institucionais intervenientes na aprendizagem dos estudantes;</p> <p>Analisar os resultados da avaliação realizada nos Conselhos de Classe Diagnósticos e propor ações interventivas junto às suas diferentes áreas profissionais;</p> <p>Atender demandas relativas à implementação e execução dos currículos, no que concerne a situações intervenientes na aprendizagem, a partir de diagnóstico realizado em parceria com as demais coordenações da DEPAE.</p>

Quadro 9 – Atribuições das Coordenações da DEPAE

<p>Coordenação de Orientação Educacional</p>	<p>Acompanhar sistematicamente o processo ensino-aprendizagem, de modo a identificar dificuldades de natureza diversa que podem refletir direta ou indiretamente no seu desempenho acadêmico, intervindo, quando necessário;</p> <p>Acompanhar a frequência dos estudantes e intervir em casos de baixa frequência com risco de reprovação e/ou evasão;</p> <p>Orientar os estudantes na organização dos seus estudos, tanto individualmente quanto em grupo;</p> <p>Promover a integração e participação da família dos estudantes no contexto acadêmico;</p> <p>Promover e ampliar a formação integral dos estudantes por meio de atividades e eventos de caráter socioeducativos, visando à formação do cidadão histórico-crítico, em parceria com as demais coordenações da DEPAE;</p> <p>Solicitar intervenção da Coordenação de Gestão do Trabalho Pedagógico em situações que envolvam o planejamento e execução dos currículos, com base em diagnose feita pela equipe.</p>
<p>Coordenação de Atenção ao Estudante</p>	<p>Planejar, executar e avaliar o processo seletivo do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante, no âmbito da Política de Assistência Estudantil do IFBA;</p> <p>Promover e ampliar a formação integral dos estudantes por meio de atividades e eventos de caráter socioeducativos, visando à formação do cidadão político e histórico-crítico, em parceria com as demais coordenações;</p> <p>Identificar fatores biopsicossociais, econômicos e culturais presentes nas relações sociais e familiares dos estudantes, detectando situações de vulnerabilidade que interferem no processo ensino-aprendizagem e propor alternativas de enfrentamento;</p> <p>Desenvolver ações voltadas para a formação e prevenção relativas a comportamentos e situações de risco, como vulnerabilidade social, as diversas formas de violência, uso e abuso de substâncias psicoativas, dentre outros.</p>

Quadro 10 – Atribuições das Coordenações da DEPAE

<p>Coordenação de Acompanhamento de Alimentação e Nutrição</p>	<p>Fiscalizar o cumprimento do Edital pela empresa responsável pela produção e distribuição de alimentos (Concessionária);</p> <p>Formular programas de Educação Nutricional voltado aos estudantes da instituição;</p> <p>Acompanhar estudantes em risco nutricional.</p>
<p>Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas</p>	<p>Acompanhar os estudantes com necessidades específicas no seu percurso acadêmico, realizando orientação, adaptando materiais e intervindo em situações específicas;</p> <p>Fornecer recursos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos alternativos aos professores dos estudantes com necessidades específicas, a fim de favorecer o processo ensino-aprendizagem, a convivência com a diversidade e o desenvolvimento profissional dos estudantes;</p> <p>Oferecer suporte para a implantação de medidas de acessibilidade no campus, de forma a permitir o acesso dos estudantes aos vários espaços acadêmicos, buscando a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, atitudinais e comunicativas;</p> <p>Contribuir na implementação das políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos estudantes com necessidades específicas.</p>

Fonte: IFBA, 2013

O desdobramento dessas atribuições em ações resulta em um planejamento coletivo, com ampla divulgação e formalização das principais ações no Calendário Acadêmico da Instituição, de livre acesso ao público no portal institucional. As ações obedecem a uma sequência lógica, a partir do que está previsto no Calendário Acadêmico e que tem especial atenção à rotina dos estudantes, desde o processo de matrícula até a divulgação do resultado final.

Buscando uma interface entre o fazer pedagógico e a atenção ao estudante, o trabalho interdisciplinar da DEPAE está estruturado de modo a contemplar desde o acolhimento do estudante recém-ingresso, ainda durante o processo de matrícula,

até a realização do Conselho de Classe Final, quando se encerra o Calendário Acadêmico da Instituição, constando das ações aqui descritas:

- Reunião de Abertura do CIIF (Curso Introdutório ao IFBA)
- Curso Introdutório ao IFBA – CIIF
- Entrevista Pedagógica Inicial
- Projeto de Monitoria
- Conselho Técnico-Pedagógico
- Atividades Interdisciplinares em grupo
- Participação nos Conselhos de Classe Diagnósticos e Finais
- Plantão Pedagógico
- Diálogos Pedagógicos com Departamentos Acadêmicos
- Ciclo de Debates com as Famílias

No ato da matrícula, os estudantes são apresentados ao Programa de Assistência e Apoio ao Estudante, por meio da entrega de um folder informativo, contendo todas as informações necessárias à sua inscrição. Na ocasião, os responsáveis também são recepcionados pelos setores pedagógicos, com especial atenção à divulgação e inscrição no Curso Introdutório ao IFBA – CIIF, cuja adesão é voluntária e requer autorização do responsável. A partir de 2015, no lugar de uma recepção individual, que chegava a ser exaustiva, a Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante promove uma Reunião de Abertura do CIIF, quando são apresentados os objetivos do curso e todo o cronograma de atividades, além da assinatura do Termo de Responsabilidade com a autorização ou não da participação do estudante.

O Curso Introdutório ao IFBA surge como estratégia de composição de aprendizagens necessárias ao efetivo acompanhamento acadêmico dos cursos, já que retoma conteúdos, ao passo que articula o Ensino Fundamental e o Médio, sendo, também, um instrumento de avaliação diagnóstica. O curso acontece antes do início das aulas, com duração de 50 (cinquenta) dias, e foi estruturado tendo por fundamento as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, decorrentes da base científica do Ensino Fundamental.

Os docentes diagnosticaram que muitos conteúdos da etapa inicial dos cursos não são assimilados em função de conteúdos que deveriam ser de domínio do estudante. A grande maioria dos docentes envida esforços para dedicar parte da carga horária em sala de aula e horários de atendimento na orientação dos estudantes, mas isso por si só não tem impactado de forma satisfatória nos indicadores acadêmicos.

A possibilidade de resgatar conteúdos do Ensino Fundamental antes das aulas regulares do Ensino Médio torna possível que o estudante comece o curso em melhores condições de igualdade com os demais. A iniciativa revela o compromisso da Instituição em garantir não somente o acesso, mas a permanência do estudante com plenas condições de sucesso. Através da participação no Curso, o estudante do 1º ano/semestre tem possibilidade de estar mais apto a consolidar as novas aprendizagens exigidas pela Educação Profissional contemporânea proposta pelo IFBA.

O CIIF tem por objetivo fornecer aos estudantes recém-ingressados no IFBA, no 1º ano do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, no 1º semestre dos cursos Subsequente e no 1º semestre do Integrado PROEJA, as bases científico-tecnológicas referentes aos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Além dos conteúdos demandados pelos docentes, são realizadas oficinas pedagógicas interdisciplinares, nas quais é divulgado todo o trabalho da DEPAE, envolvendo apresentação da organização didático-pedagógica da Instituição, encontros de orientação para os estudos, acompanhamento social e divulgação do processo seletivo do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante, orientação nutricional, orientação psicológica e educação inclusiva, por meio da construção da cultura da inclusão proposta pela Coordenação de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas.

Também são apresentados aos estudantes outros setores que fazem parte do seu cotidiano, como a Diretoria de Ensino, a Biblioteca, a Gerência de Registros Acadêmicos e a Seção de Acompanhamento da Atividade de Ensino, composta por assistentes de alunos, que são os profissionais responsáveis por acompanhar e assistir o estudante no sentido da sua rotina de aulas. O Grêmio Estudantil tem espaço garantido durante o curso para promover a participação política do estudante

ingressante na dinâmica da Instituição e nas instâncias que requerem a representação discente.

O CIIF se constitui, também, como uma estratégia de avaliação diagnóstica, que resulta em relatórios individuais de desempenho, elaborados pelos monitores. O Curso tem continuidade nas atividades do Projeto de Monitoria, que, além de realizar um trabalho articulado com o planejamento do docente, dedica parte da carga horária para trabalhar as dificuldades de base científica do estudante. Os monitores são estudantes de graduação, e cada área tem um professor orientador do IFBA. Na sua carga horária, são incluídos encontros de planejamento e orientação pedagógica, além do contato frequente com o pedagogo que acompanha cada curso.

Ainda durante o CIIF, os estudantes são convocados para a realização da Entrevista Pedagógica Inicial, que tem por objetivo levantar informações prévias sobre o estudante que sirvam de base para o trabalho interdisciplinar proposto pela DEPAE, a exemplo da vida acadêmica anterior do estudante, possíveis dificuldades de aprendizagem, seu contexto sócio-familiar, situação de saúde física e psíquica e necessidades específicas, uma vez que nem todos os estudantes apontam suas deficiências no ato da inscrição do processo seletivo.

As informações coletadas na Entrevista Pedagógica Inicial são registradas em um portfólio, onde são registrados todos os atendimentos e informações obtidas ao longo da vida acadêmica do estudante. Cada curso é acompanhado por um pedagogo específico, que a partir desse primeiro levantamento elabora relatório de demandas de atendimento para as demais áreas profissionais da DEPAE.

Após o início das aulas, convoca-se o primeiro Conselho Técnico-Pedagógico, que é o órgão responsável pelo acompanhamento técnico-pedagógico do estudante, pela identificação, encaminhamento e intervenção nas questões relevantes ao processo ensino-aprendizagem, a fim de assegurar condições para a realização do ato pedagógico com qualidade e de intervir nas questões de ordem pedagógica, psicossocial e nutricional, para promover um desempenho acadêmico satisfatório. No primeiro encontro do ano letivo, tomam-se por base as informações coletadas na Entrevista Pedagógica Inicial, nos atendimentos realizados por demanda espontânea, relatórios do CIIF e entrevistas sociais para seleção do

PAAE. Cada caso analisado no Conselho gera um parecer e um encaminhamento, que fica sob a responsabilidade de profissionais das áreas demandadas. O Conselho Técnico-Pedagógico pode se desdobrar em direcionamento para atendimento específico com as áreas profissionais da DEPAE, visitas domiciliares, encaminhamento para a rede sócio-assistencial ou psicológica e convocação do responsável.

As Atividades Interdisciplinares em Grupo são realizadas conforme planejamento interno, com a participação do Grêmio Estudantil. Além do que está previsto no planejamento, que inclui atividades artísticas, culturais e políticas, algumas temáticas são definidas a partir da realidade de cada grupo, que podem demandar a realização de uma atividade específica para atender a determinado objetivo. As atividades envolvem a participação de todos os segmentos da DEPAE, que a partir da especificidade de cada caso terá o envolvimento maior de uma área ou outra.

Ao final de cada unidade didática, são realizados os Conselhos de Classe Diagnósticos, com a participação de docentes, representantes de turma, coordenador de curso, Diretoria de Ensino e representante da área técnico-pedagógica da DEPAE. Trata-se de um instrumento de avaliação que se destina à promoção da qualidade e a atualização do processo pedagógico, nos termos de acompanhamento da dinâmica pedagógica, aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem e avaliação contínua, objetiva e sistemática do processo pedagógico.

Com o objetivo de realizar uma avaliação global do estudante e assim promover a permanência, as reuniões dos Conselhos de Classe Diagnósticos têm como procedimentos: o relato da turma, pelos seus representantes, considerando as condições de desenvolvimento da aprendizagem; relato de cada professor quanto ao desenvolvimento do seu trabalho pedagógico e ao desempenho dos estudantes; relato do(a) Coordenador(a) do Curso quanto ao desenvolvimento do curso e da turma e encaminhamentos propostos e adotados; e relato do representante da área técnico-pedagógica quanto ao acompanhamento do processo pedagógico, considerando toda a dinâmica de trabalho que envolve as demais áreas profissionais da DEPAE, contemplando a Pedagogia, a Psicologia, o Serviço Social, a Nutrição e a educação inclusiva proposta pelo CAPNE. A partir das demandas identificadas,

definem-se os encaminhamentos necessários para cada caso, seja no âmbito do trabalho docente, seja no âmbito do atendimento ao estudante. Na DEPAE, os atendimentos são direcionados para cada área profissional, a partir do diagnóstico realizado.

O Conselho de Classe Final tem caráter deliberativo. Com a mesma composição do Conselho de Classe Diagnóstico, consolida as avaliações realizadas ao longo dos Conselhos de Classe Diagnósticos e pode culminar na mudança da situação acadêmica do estudante que não logrou aprovação. O estudante com frequência mínima de 75% que não atingiu a média para aprovação pode ser promovido para a série seguinte, se a maioria dos docentes da turma assim decidir, considerando as condições de competência do estudante. Embora a votação seja restrita aos docentes da turma, o representante da área técnico-pedagógico contribui no debate, a partir do seu relato sobre todo o acompanhamento pedagógico realizado junto aos docentes e à turma, além dos dados concernentes às demais áreas de atuação da DEPAE.

Ao final de cada unidade didática, são realizados os Plantões Pedagógicos para atendimento individualizado às famílias. O objetivo dos Plantões Pedagógicos é aproximar a família do contexto acadêmico do estudante, de modo a socializar informações sobre todo o acompanhamento interdisciplinar realizado. Além do atendimento individual, a DEPAE promove um Ciclo de Debates, cujo planejamento das temáticas é realizado com as famílias, a partir do encontro de abertura. Já foram contempladas temáticas diversas, a exemplo de segurança e mobilidade no entorno do Campus, uso e abuso de drogas, participação política e importância dos movimentos sociais e diversidade sexual.

A DEPAE, por meio da Coordenação de Gestão do Trabalho Pedagógico, também idealizou a realização de Diálogos Pedagógicos com Departamentos Acadêmicos, de modo a discutir demandas relativas ao desenvolvimento dos cursos. A inserção de outras Coordenações foi sendo realizada gradativamente, sobretudo quando envolvia questões relativas à evasão e permanência. Atualmente, as atividades de natureza pedagógica são de participação plena das demais áreas da DEPAE, no entendimento mútuo de que todos que ali estão lotados são profissionais da educação.

Assim, o trabalho interdisciplinar de acompanhamento da assistência estudantil vem amadurecendo e se tornando cada vez mais coeso, mas ainda existem muitos desafios à melhoria das taxas de evasão e retenção, uma vez que menos de 50% dos estudantes que ingressam nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio conseguem atingir a integralização curricular dos seus cursos. Diante das metas assumidas pelo IFBA junto à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC, os indicadores acadêmicos estão muito distantes do ideal, conforme veremos no próximo item.

### 3.4. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A DINÂMICA INSTITUCIONAL DO IFBA – CAMPUS DE SALVADOR

A Política de Assistência Estudantil do IFBA se constitui na estratégia institucional por excelência na garantia da permanência. Para tanto, é importante que se desenvolva em plena articulação com a dinâmica institucional, a fim de que não perca a sua finalidade, que é impactar na permanência e êxito acadêmico dos estudantes. Procedemos, então, a análise de documentos que norteiam a política institucional do IFBA e que apontam desafios e demandas para a assistência estudantil. Apresentamos, também, alguns dados que servem para fundamentar a análise.

Começamos pelo Termo de Acordo de Metas e Compromissos – TAMC celebrado entre a União, representada pelo Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, que orienta a atuação dos institutos federais pautada na democratização do acesso e permanência nos processos formativos e redução das barreiras educativas, o que implica, sobretudo na ampliação da oferta, na redução das taxas de evasão e na implantação de políticas de assistência estudantil.

Segundo o TAMC, além das metas, constitui responsabilidade e obrigação dos Institutos Federais desenvolver programas de apoio a projetos de assistência estudantil, como mecanismos que promovam a adoção de políticas afirmativas, democratização do acesso, a permanência e êxito no percurso formativo e a

inserção sócio-profissional, tendo como pressuposto a inclusão de grupos em desvantagem social (BRASIL, 2010).

Das metas estabelecidas no TAMC, duas sofrem interferência da assistência estudantil. A primeira é o **índice de eficiência da instituição**, que é calculado pela média aritmética da eficiência de cada turma, aferida mediante a relação entre o número de alunos regularmente matriculados e o número total de vagas de cada turma. Se a matrícula é menor que o número de vagas, significa que existe alta taxa de retenção. A meta mínima para o ano de 2016 é de 90% de eficiência.

A segunda meta a ser destacada é o **índice de eficácia da instituição**, que é calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas. Se o número de concluintes é menor que o número de vagas ofertadas no processo seletivo, significa que a permanência está comprometida e, conseqüentemente, a taxa de evasão é alta. A meta mínima para o ano de 2016 é de 80% de eficácia.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (IFBA, 2013) dedica particular atenção à assistência estudantil. Nas Políticas de Ensino (p. 40), destaca a importância de dar efetividade à política de acesso através da implantação e execução da Política de Assistência Estudantil, além da discussão permanente sobre os processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos, estimulando a avaliação e transformação da prática. Além disso, o êxito é apontado como a consolidação de todo o trabalho desenvolvido em direção ao acesso, permanência, efetiva aprendizagem e desenvolvimento integral dos sujeitos.

Sob a ótica da garantia da proteção integral prevista nas legislações educacionais e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o PDI do IFBA referenda a Política de Assistência Estudantil, assumindo-a como estratégia primeira de incentivo à permanência e viabilização do êxito acadêmico.

Em consonância com o PDI, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFBA possui alguns princípios que incidem na problemática em discussão, a saber:

- Permanência: A instituição deverá desenvolver uma política de assistência aos estudantes em situação de vulnerabilidade social,

acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiências e necessidades específicas, considerando a questão étnico-racial e de gênero;

- Inclusão: Ações afirmativas de inclusão e garantia de acesso para egressos de Escolas Públicas e/ou em situações de vulnerabilidade social, levando em consideração as questões étnico-raciais, assim como das pessoas com deficiências e necessidades educativas específicas;
- Equidade: O Instituto promoverá nas suas relações ações de equidade.

Com um capítulo dedicado à política social para o educando, o PPI do IFBA aponta princípios e diretrizes para a Política de Assistência Estudantil que incluem a igualdade de condições e equidade no acesso, permanência e conclusão de curso, a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil e a defesa em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos e/ou discriminação por questões de inserção de classe social, gênero, etnia/cor, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física. Esses princípios e diretrizes foram observados na elaboração, ficando uma lacuna quanto à sistematização de um processo de avaliação dos resultados e impactos de suas ações, face ao que é proposto.

A respeito da evasão, dados recentes demonstram a necessidade de uma problematização da questão da evasão escolar, muito agravada pelas situações de vulnerabilidade social. Nos últimos anos, o fluxo de matrícula do IFBA nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio revela uma taxa significativa de evasão, conforme visualizamos na Tabela 1.

O ano de ingresso nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio representa o ponto mais crítico, com uma taxa de evasão que chega ao pico de 14% (quatorze por cento) no ano letivo de 2014. Observa-se que até a 3ª série, a taxa de evasão é decrescente, fato que comprova que a dificuldade de integração à estrutura acadêmica do IFBA é muito maior na 1ª série. O processo de inserção na cultura de formação politécnica proposta pela Instituição é demorado, em função de problemas de adaptação à estrutura curricular dos cursos, à rotina de estudos imposta, além das questões de ordem psicossocial. Um dado que tem chamado a atenção é o crescimento significativo da evasão na 4ª série, que decorre da

possibilidade de certificação do Ensino Médio proposta pelo ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio. Considerando esse cenário, a 1ª série tem demandado mais atenção da Política de Assistência, fato que se evidencia ainda mais ao observarmos as taxas de aprovação, conforme demonstramos na Tabela 2:

Tabela 1 – Fluxo de Matrícula nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – IFBA Campus de Salvador

Ano Série	2012			2013			2014		
	Matrícula Inicial	Não-Concluintes		Matrícula Inicial	Não-Concluintes		Matrícula Inicial	Não-Concluintes	
	Nº.	Nº.	%	Nº.	Nº.	%	Nº.	Nº.	%
<b>1ª</b>	693	92	13,3%	681	59	9%	678	95	14%
<b>2ª</b>	460	32	7,0%	463	29	6%	420	42	10%
<b>3ª</b>	391	24	6,1%	355	20	6%	367	20	5%
<b>4ª</b>	357	24	6,7%	352	34	10%	326	23	7%
<b>Total</b>	1901	172	9,0%	1851	142	8%	1791	180	10%

Fonte: Gerência de Registros Acadêmicos (GRA)/IFBA

Tabela 2 – Desempenho Acadêmico nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – IFBA Campus de Salvador

Ano Série	2012					2013					2014				
	Matrícula Final	Aprovados		Reprovados		Matrícula Final	Aprovados		Reprovados		Matrícula Final	Aprovados		Reprovados	
	Nº.	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	Nº.	%	Nº.	%
<b>1ª</b>	601	369	61,4%	232	38,6%	622	342	55,0%	280	45,0%	583	327	56,1%	256	43,9%
<b>2ª</b>	428	327	76,4%	101	23,6%	434	347	80,0%	87	20,0%	378	299	79,1%	79	20,9%
<b>3ª</b>	367	331	90,2%	36	9,8%	335	308	91,9%	27	8,1%	347	322	92,8%	25	7,2%
<b>4ª</b>	333	311	93,4%	22	6,6%	318	294	92,5%	24	7,5%	303	284	93,7%	19	6,3%
<b>Total</b>	1729	1338	77,4%	391	22,6%	1709	1291	75,5%	418	24,5%	1611	1232	76,5%	379	23,5%

Fonte: Gerência de Registros Acadêmicos (GRA)/IFBA

Na 1ª série, a taxa de aprovação não ultrapassa a margem de 61%, e nas séries subsequentes tem aumento progressivo, demonstrando ainda mais que o ano de ingresso constitui um desafio para a assistência estudantil. Considerando o número de estudantes matriculados na 1ª série em paralelo ao número de estudantes matriculados na 4ª série, o índice de eficácia da instituição gira em torno de 50% (cinquenta por cento), muito distante da meta de 80% estabelecida no TAMC. O índice de eficiência é atingido apenas na 3ª série, mas cerca de 40% dos estudantes compõem a massa dos retidos ou evadidos.

Importante acrescentar que a Organização Didática da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (IFBA, 2008) disciplina que o estudante reprovado duas vezes consecutivas na mesma série é impedido de renovar matrícula automaticamente, sendo essa renovação condicionada a um parecer do Conselho do Curso. Portanto, além do problema da retenção, parte da evasão decorre de um instituto denominado jubramento.

É nesse contexto que se insere a Política de Assistência Estudantil do IFBA, com um caráter subsidiário às atividades acadêmicas, cujo resultado pode repercutir na política institucional como um todo. A garantia do acesso não é a única via de democratização das oportunidades socioeducativas, e por isso as políticas educacionais requerem atenção para as condições de permanência. Conforme dispositivos legais, cumpre salientar que a educação é pautada pela Constituição Federal de 1988 e corroborada no texto da Lei nº. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nos artigos 2º e 3º, nos quais se reitera que a educação é um direito que assiste a todos, sendo um dever do Estado e da família, objetivando o desenvolvimento integral do indivíduo, a sua capacitação para o exercício da cidadania e a qualificação laboral. Desse modo, o ensino deverá ser ministrado observando-se o princípio de igualdade de condições de acesso e permanência.

Apesar de aprovada na década de 1990 com um forte discurso de promoção da equidade, a LDB nº. 9.394/96, ainda em vigor, é omissa em relação a uma política de assistência estudantil de abrangência nacional para o ensino superior, momento em que a assistência estudantil tinha uma forma fragmentada e se restringia a instituições isoladas e a poucos recursos. Somente a partir de 2000, as

ações de assistência estudantil passaram a ganhar uma perspectiva de política governamental.

O Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014) define como uma de suas metas triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, com atenção à garantia da qualidade da oferta. Vislumbrando contemplar políticas para além do acesso, aponta como estratégia elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio. Atento à recente incorporação dos Institutos Federais no Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, o PNE prevê a institucionalização do programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

Com o panorama descrito, a assistência estudantil no IFBA tem se desenvolvido com a prioridade e relevância propostas na atual política educacional. Voltemos nosso olhar para documentos norteadores da Instituição, que podem indicar em que nível a assistência estudantil dialoga com a dinâmica institucional, uma vez que defendemos a articulação entre as ações pedagógicas e o que é definido no Projeto Pedagógico Institucional.

Até o ano de 2014, havia uma lacuna na Política de Assistência Estudantil do IFBA quanto à sua efetividade social, uma vez que não existiam, na prática, instrumentos de monitoramento e avaliação dos resultados de cada Programa implantado e seus impactos nos indicadores acadêmicos. A relação da Política de Assistência Estudantil com as atividades acadêmicas limitava-se, quase exclusivamente, à concessão de bolsas e auxílios. Conforme o TAMC, para fins de estruturação, organização e atuação os Institutos Federais devem considerar seus compromissos com a implantação de programas e sistemas de gestão comprometidos com a racionalização, a eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade dos recursos investidos.

Com a aprovação do Documento Normativo da Política de Assistência Estudantil no final de 2014, está previsto no artigo 184 uma etapa de avaliação, por meio de uma instância de Gestão da Assistência Estudantil, prevista no Regimento Geral do Instituto, a ser implantada em cada campus:

A Gestão da Assistência Estudantil em cada campus deverá produzir, anualmente, relatório quantitativo e qualitativo, contendo as ações realizadas, desenvolvimento dos programas, recursos utilizados, público alcançado, com a finalidade de avaliação e prestação de contas do desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil do IFBA à comunidade e ao Departamento de Assistência Estudantil (BRASIL, 2014).

Sendo a educação um dos pilares fundamentais dos Direitos Humanos, é dever do Estado assegurar a sua concretização por meio da formulação de políticas públicas. Nesse contexto, a Política de Assistência Estudantil do IFBA se apresenta como um instrumento norteador de ações que contemplem a diversidade, de modo a promover a democratização do acesso e a garantia da equidade na permanência, atentando para os obstáculos que impedem o estudante de ingressar no ambiente educacional e/ou dar continuidade aos estudos. Além disso, trata-se de uma atividade-meio, a ser continuamente repensada e colocada nos espaços de construção da cultura institucional. E é pensando no caráter mediador da Política que se faz necessário estabelecer parâmetros avaliativos que permitam a realização de um acompanhamento contínuo do percurso acadêmico dos beneficiários, de modo a aferir em que nível a Política de Assistência Estudantil do IFBA está sendo efetiva, culminando com processos de retroalimentação. Conforme aponta Kowalski (2012),

A efetivação dos direitos à educação como um efetivo à proteção aos DH (Direitos Humanos), demanda também a implementação das políticas de educação, principalmente endereçadas aqueles de grupos socialmente vulneráveis que vêem a oportunidade dessa política como um meio de transpor seus obstáculos e garantir a conclusão do seu curso.

Atualmente, o acompanhamento sociopedagógico dos estudantes assistidos pela Política de Assistência Estudantil do IFBA tem sido realizado conjuntamente com os demais estudantes, o que não tem garantido a elaboração de uma análise mais apurada dos impactos dessas ações. Embora os indicadores acadêmicos

sejam construídos coletivamente, a etapa de avaliação da Política tem sido feita quase exclusivamente pelo Serviço Social, e falta uma interface com o Projeto Pedagógico Institucional.

No Relatório de Gestão do IFBA de 2012, constam dados relativos ao investimento realizado nas ações de assistência estudantil, com base no que foi disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional. Porém, não existe nenhuma alusão quanto aos resultados decorrentes da aplicação desses recursos, a não ser o quantitativo de estudantes atendidos, o que ilustra a falta de articulação entre a Política de Assistência Estudantil e a política institucional. Em 2013, o Relatório de Gestão do IFBA tem o mesmo teor, mas já faz alusão às ações de apoio à assistência estudantil para reduzir os índices de retenção do fluxo escolar, a exemplo de atividades de acompanhamento sócio-pedagógico.

A Avaliação do Planejamento Institucional é um levantamento de todas as metas definidas pela comunidade do IFBA, e se constitui como um instrumento de gestão participativa voltada ao crescimento da Instituição nas áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. Embora relacione todas as metas pertinentes à assistência estudantil, a avaliação realizada em 2013 e 2014 se restringe a especificar se a meta foi atingida ou não, e apresentar a justificativa para o não cumprimento, caracterizando-se como um mecanismo para sincronizar planejamento e orçamento institucional.

Diante do exposto, os documentos norteadores do IFBA revelam a necessidade de uma estratégia de acompanhamento da assistência estudantil, a fim de que suas ações não se encerrem na concessão de bolsas e auxílios. O investimento não pode ser entendido como repasse de verbas ao público-alvo, mas como um incentivo, que demanda acompanhamento e articulação com as demais políticas institucionais. O Documento Normativo da Política de Assistência Estudantil recentemente aprovado demonstra essa intencionalidade, mas ainda não se converteu na prática em uma cultura da permanência.

#### 4 RESULTADOS DA PESQUISA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia tem envidado esforços para consolidar a Política de Assistência Estudantil, como podemos observar a partir desta pesquisa. No horizonte temporal de dez anos, o grande incremento de recursos, que em 2014 chegou a R\$14.006.978,00, permitindo a ampliação do atendimento de 100 para mais de 1.500 estudantes, aliado ao trabalho articulado de equipes interdisciplinares tem possibilitado o avanço para uma gestão das ações que ultrapassa uma abordagem assistencialista, tal qual acontecia nos seus primeiros anos de implantação. O princípio da inclusão social por meio do desenvolvimento da assistência estudantil é assumido com maestria pela Instituição no seu Projeto Pedagógico, e se reflete no cotidiano das suas ações. Entretanto, permanece uma lacuna no que se refere a uma sistemática de acompanhamento.

A ativação do Departamento de Permanência e Assistência Estudantil, no âmbito da Reitoria, abre uma perspectiva de instalação breve da Coordenação de Assistência Estudantil em cada Campus, o que poderá viabilizar ainda mais a consolidação das equipes, com a autonomia necessária para gerenciar recursos e ações.

Nesse estudo, verificamos que o desenvolvimento da assistência estudantil no Instituto Federal da Bahia Campus Salvador demanda estratégias institucionais de acompanhamento na perspectiva de articular os desafios da democratização do acesso com a garantia da permanência. A expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica por si só não constitui um instrumento efetivo de ampliação das oportunidades de formação profissional, uma vez que existem compromissos assumidos pela instituição em seus documentos normativos que não se encerram no ingresso do estudante na Instituição. Além disso, a especificidade do público atendido e as políticas de acesso demandam atenção qualificada às necessidades dos estudantes, que além de acadêmicas, são também sociais. Para tanto, é preciso atentar para a gestão desses benefícios, pois a mera oferta caracteriza uma assistência estudantil desarticulada da finalidade maior do IFBA, que é “Promover a formação do Cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino,

pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do País” (IFBA, 2013).

As políticas de assistência estudantil estão prescritas, formuladas, estabelecidas. Requerem implementação e incremento, e esta pesquisa se situa nessa passagem. Na condição de profissional que acompanha as ações da Assistência Estudantil, além de conviver com a carência de um setor estratégico de sua gestão em cada campus, o estudo revela indicativos e resultados para o desenvolvimento de uma ação articulada. Importa considerar que avanços significativos podem ser percebidos, no sentido da possibilidade de incluir mais estudantes por meio dos Programas Universais, do rompimento com os limites de uma ação pontual que se encerrava em um processo seletivo, além de uma avaliação institucional que demonstra indícios de que pode avançar para uma estratégia mais sistêmica.

O estudo em questão abre um processo de maturação da temática proposta, que pela sua natureza interdisciplinar pode ter abordagens teóricas e metodológicas bem diversas.

Considerando a especificidade do mestrado profissional, que prevê a possibilidade de interferência em um determinado contexto por meio de um produto de pesquisa, apresentamos um Plano de Intervenção na perspectiva de implementar uma sistemática de acompanhamento da Assistência Estudantil no IFBA Campus Salvador.

#### 4.1 DESCRIÇÃO DO PRODUTO DA PESQUISA

A Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante, a partir de 2014, informatizou as inscrições para o processo seletivo do Programa de Apoio e Assistência ao Estudante – PAAE, por meio de uma solicitação à Gerência de Gestão de Tecnologia da Informação – GGTI, que desenvolveu o Sistema PAAE. Esse procedimento permitiu uma maior otimização de todas as etapas do processo, através da obtenção de dados em tempo real. Até então, todos os formulários eram impressos e manualmente preenchidos, o que tornava o processo lento e oneroso. Inserido no Portal do Aluno (dentro do sítio do IFBA) e alimentado automaticamente

com dados do Sistema Acadêmico do IFBA (SICAD), o Sistema PAAE pode ser aprimorado, de modo a permitir acompanhar toda a sua execução. Para tanto, propõe-se aperfeiçoamento do SICAD e criação e inserção de um Instrumento de Acompanhamento Permanente da Assistência Estudantil no Sistema PAAE, além da conexão entre os dois sistemas, de modo a gerar relatórios e dados estatísticos que permitam um melhor gerenciamento das ações propostas.

Além do procedimento informatizado, propõe-se a criação de um Núcleo de Estudos sobre a Assistência Estudantil, vinculado ou não a um grupo de pesquisa, para acompanhar toda o processo de implementação da Política de Assistência Estudantil, com a possibilidade de dialogar com outros Campi.

Pelo exposto, o trabalho se encerra na perspectiva de contribuir com o próprio desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil, por meio de um Plano de Intervenção, que sintetiza toda a problematização e reflexões suscitadas ao longo da pesquisa.

#### 4.2 PLANO DE INTERVENÇÃO: POR UMA PROPOSTA DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Desde a sua origem, a assistência estudantil no IFBA possui uma lacuna que se refere a um acompanhamento contínuo das suas ações. Conforme aqui descrito, a ausência de uma sistemática dessa natureza dificulta a sua articulação com a dinâmica institucional e também a sua qualificação e consolidação enquanto estratégia que impacta nos índices de eficácia e eficiência da Instituição.

O Documento Normativo (IFBA, 2014) prevê a criação da Gestão da Assistência Estudantil, no âmbito de cada campus, e já tangencia a questão do acompanhamento, conforme destaca nas suas atribuições, descritas no artigo 183:

- I - administrar os programas e projetos que estejam relacionados à Política de Assistência Estudantil do IFBA;
- II - realizar as ações previstas em cada programa destas Normas que competem à Gestão da Assistência Estudantil dos campus;
- III - incentivar a articulação entre os programas, projetos e profissionais envolvidos na execução da Política de Assistência Estudantil do IFBA, com base nos princípios da interdisciplinaridade;

IV - articular a Política de Assistência Estudantil do IFBA com as demais políticas sociais, visando garantir um acompanhamento integral ao estudante;

V - realizar estudos e pesquisas para conhecer a realidade social da população atendida em seus diversos aspectos;

VI - realizar ações para socializar a Política de Assistência Estudantil com a comunidade do IFBA e familiares dos estudantes, reafirmando a sua concepção enquanto direito social;

VII - promover espaços de avaliação da Política de Assistência Estudantil, fomentando a coparticipação da comunidade do IFBA e a família dos estudantes;

VIII - propor, realizar e acompanhar os convênios e parcerias firmadas pelos campi, que contribuam com a Assistência Estudantil (IFBA, 2014).

Percebe-se que tais atribuições não garantem a adoção de uma sistemática de acompanhamento mais estrutural, pois se limitam a ações pontuais e cíclicas, demandando para isso que se debruce sobre documentos norteadores da Instituição, à luz de um corpo teórico e metodológico bem aprofundado. Nesse sentido, o Plano de Intervenção ora proposto pretende dar o passo inicial na maturação institucional sobre o desenvolvimento da assistência estudantil, de modo a consolidar suas potencialidades e identificar suas limitações, por meio de uma estratégia efetiva de acompanhamento.

As políticas públicas têm se tornado campo de investigação importante e a formulação de indicadores avaliativos e sua aplicação no planejamento governamental tornam-se uma necessidade. Isso deve-se principalmente ao aprimoramento do controle social do Estado brasileiro nos últimos 20 anos, como aponta Jannuzzi (2005). Os indicadores subsidiam o processo de formulação e avaliação de programas e políticas públicas e podem ser assim definidos:

[...] os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente (JANNUZZI, 2005, p. 138).

Os indicadores têm uma relação direta com o objetivo inicial, além de ser um importante instrumento de gestão e avaliação, uma vez que “permitem acompanhar o alcance das metas, identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas, necessidades de mudança etc.” (BRASIL, 2009, p. 13).

No processo de acompanhamento, pretende-se buscar informações para subsidiar decisões, bem como a identificação e correção de problemas, e a adoção de indicadores é imprescindível para que se possa acompanhar a mudança social, avaliar o efeito dos programas implementados, bem como corrigir eventuais distorções de implementação (JANNUZZI, 2005). A primeira estratégia proposta é a otimização do Sistema PAAE junto à GGTI, que demanda aperfeiçoamento do Sistema Acadêmico do IFBA (SICAD), de onde os dados podem ser importados. O Sistema PAAE é utilizado no processo seletivo, mas todos os dados que poderiam ser importados do SICAD são solicitados no ato da inscrição, o que faz o Sistema PAAE ser completamente desvinculado dos dados acadêmicos. A vinculação do Sistema PAAE ao SICAD pode permitir a geração automática de indicadores acadêmicos (taxas de evasão, aprovação e retenção) e relatórios (frequência, desempenho por disciplina) referentes aos estudantes bolsistas, a fim de estabelecer um paralelo com os dados gerais. Atualmente, os dados de evasão, aprovação e retenção são aferidos manualmente, o que impede o acesso rápido e diagnóstico da situação em tempo hábil.

Além da incorporação de dados no SICAD, propõe-se a inserção de um Instrumento de Acompanhamento Permanente da Assistência Estudantil no Sistema PAAE. Importa considerar que um processo de acompanhamento da execução de uma política pública adquire caráter avaliativo, uma vez que são definidos alguns indicadores que irão permitir ampliar a descrição da realidade da gestão da AE.

Dentre as ações previstas, estabelecemos como prioridade:

*Quadro 11 – Cronograma de Atividades do Plano de Intervenção*

<b>ATIVIDADES</b>	<b>PERÍODO DA AÇÃO</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>
1. Apresentação do Projeto de Intervenção	1. Janeiro de 2016	1. Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante
2. Composição de um grupo de trabalho para sistematização de propostas de aperfeiçoamento do Sistema PAAE	2. Março de 2016	2. Servidora Edilene David e Diretoria Adjunta Pedagógica

Quadro 12 – Cronograma de Atividades do Plano de Intervenção

3. Composição de um grupo de trabalho para análise do instrumento de acompanhamento	3. Março de 2016	3. Servidora Edilene David e Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante
4. Reunião com a GGTI	4. Março de 2016	4. Coordenação de Atenção ao Estudante
5. Reunião com a Gestão da Assistência Estudantil de cada campus para criação do Núcleo de Estudos sobre Assistência Estudantil	5. Maio de 2016	5. Coordenação de Atenção ao Estudante
6. Implementação do instrumento de acompanhamento	6. Julho a dezembro de 2016	6. Servidora Edilene David

Fonte: Elaborado pela autora

No aperfeiçoamento do Sistema PAAE, sugere-se a incorporação de alguns dados, de modo a possibilitar a geração automática de relatórios que permitirão aferir o atendimento das demandas, conforme sintetizamos por meio de alguns indicadores:

Quadro 13 – Dados a serem inseridos no Sistema PAAE

<b>Crítérios</b>	<b>Indicadores</b>
Demanda por assistência estudantil – PAAE	Quantitativo de estudantes inscritos x Quantitativo de estudantes matriculados
	Quantitativo de bolsas ofertadas x Quantitativo de estudantes aptos a serem inseridos no PAAE
Demanda por assistência estudantil – Programas Universais	Quantitativo de estudantes inscritos x Quantitativo de estudantes matriculados
	Quantitativo de bolsas ofertadas x Quantitativo de estudantes aptos a serem inseridos nos Programas Universais
	Quantitativos de estudantes não inseridos no PAAE x Quantitativo de bolsas dos Programas Universais
Caracterização socioeconômica dos beneficiários	Renda familiar <i>per capita</i> dos beneficiários
	Situação habitacional
	Participação em Programas Sociais do Governo

Quadro 14 – Dados a serem inseridos no Sistema PAAE

Histórico acadêmico dos beneficiários	Defasagem idade-série
	Interrupção do processo de escolarização
	Estudantes oriundos de escola pública x Estudantes oriundos de escola privada
	Percentual de estudantes ingressantes por sistema de reserva de vagas
Contexto das relações familiares	Arranjo familiar
	Número de membros
	Situação de violência
	Conflitos familiares
	Processo judicial
Incidência de doença na família	
Recursos investidos no PAAE	Por modalidade de bolsa e/ou auxílio
	Por nível de ensino
	Por curso
Recursos investidos em Programas Universais	Por Programa Universal
	Por nível de ensino
	Por curso
Percurso acadêmico dos beneficiários	Percentual de estudantes com permanência regular (sem retenção)
	Percentual de estudantes com permanência irregular (com retenção)
Desempenho Acadêmico dos Bolsistas	Taxa de aprovação dos bolsistas
	Taxa de aprovação dos bolsistas x Taxa de aprovação geral
	Taxa de aprovação por modalidade de bolsa ou auxílio

Fonte: Elaborado pela autora

O critério “Demanda por Assistência Estudantil – PAAE” tem por objetivo identificar a demanda dos estudantes pelo programa seletivo, por meio da relação entre o número de estudantes inscritos e estudantes matriculados, e o nível de atendimento às demandas, através da relação entre o número de bolsas ofertadas e o número de estudantes aptos a serem inseridos no PAAE. Em dez anos de desenvolvimento da AE, esses dados não são levantados, e são de grande importância, considerando que nem todos os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica são incorporados ao Programa.

O critério “Demanda por assistência estudantil – Programas Universais” tem o mesmo objetivo do anterior, mas voltado aos Programas Universais.

O critério “Caracterização socioeconômica dos beneficiários” está relacionado ao perfil exigido para o estudante ser inserido no PAAE, conforme Documento Normativo da Política de Assistência Estudantil do IFBA (IFBA, 2014). Os critérios adotados estão em consonância com o Documento, a exemplo da renda familiar per capita dos beneficiários, situação habitacional e participação em Programas Sociais do Governo.

O critério “Histórico acadêmico dos beneficiários” busca identificar questões de ordem acadêmica anteriores ao ingresso no IFBA, que podem interferir no êxito acadêmico dos estudantes. Tais critérios foram definidos com base em observações de relatórios de Conselhos de Classe Diagnósticos, que apontam a defasagem idade-série, origem escolar (escola pública ou privada) e sistema de reserva de vagas como causas maiores da retenção.

O critério “Contexto das relações familiares” considera a própria configuração da família do estudante, principalmente os novos arranjos e número de membros, além de dados que, embora sigilosos, devem ser levantados e problematizados, como a questão da violência e processo judicial. É um indicador que gera demanda para a realização de visitas domiciliares e, portanto, pode ser de grande relevância na gestão da AE.

O critério “Recursos investidos no PAAE” busca identificar quais são as prioridades de atendimento dos estudantes para o programa seletivo, considerando que no ato da inscrição o estudante indica qual a sua necessidade. Além disso, o atendimento pode apontar a caracterização da demanda de um determinado nível de ensino ou curso, já que na distribuição das vagas não existe essa discriminação.

O critério “Recursos investidos em Programas Universais” tem o mesmo caráter do anterior, voltado aos Programas Universais.

O critério “Percurso acadêmico dos beneficiários” tem por objetivo verificar o tempo de permanência do estudante na instituição, considerando o tempo mínimo e máximo para integralização curricular. Importante atentar que, nesse processo, ainda permanece o impedimento da renovação automática de matrícula para os casos de reprovação duas vezes consecutivas na mesma série, nos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Isso significa que pode acontecer de um estudante assistido pelo PAAE não permanecer na Instituição por conta das Normas

Acadêmicas, pois no caso em questão o estudante depende de um parecer do Conselho de Curso para renovar sua matrícula (IFBA, 2008).

O critério “Desempenho Acadêmico dos Bolsistas” busca aferir o impacto dos Programas de Assistência no desempenho acadêmico dos estudantes bolsistas, que depende de estabelecer um paralelo com o desempenho acadêmico dos estudantes de um modo geral. Atualmente, tais dados, sejam gerais ou específicos dos bolsistas, só podem ser aferidos manualmente. Além disso, o desempenho acadêmico por modalidade de bolsa ou auxílio é de grande importância, uma vez que a distribuição dos recursos por bolsas ou auxílios é feita a partir das prioridades indicadas pelos próprios estudantes.

Após essa etapa de levantamento de dados quantitativos, passamos a uma avaliação de caráter mais qualitativo. O Instrumento de Acompanhamento Permanente da Assistência Estudantil, que de alguma forma ganha caráter avaliativo, tem por objetivo verificar a execução da Assistência Estudantil, na perspectiva de avaliar o alcance das metas e identificar possíveis desvios das ações programadas, de modo a colaborar no processo de avaliação e adoção de medidas de ajuste do planejamento. Nesse sentido, as informações coletadas devem possibilitar verificar se os objetivos foram alcançados (eficácia), o nível de utilização dos recursos (eficiência) e as mudanças no público alvo (impacto). Esse processo de avaliação deve levar em conta os relatórios gerados no Sistema PAAE, por meio dos indicadores já coletados. Como proposta inicial, a ser discutida com a Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante, apresentamos:

*Quadro 15 – Proposta inicial de Instrumento de Acompanhamento Permanente da Assistência Estudantil*

<b>Categoria</b>	<b>Questões de análise</b>
Articulação	1- A Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante se articula com setores do IFBA com relação à Política de Assistência Estudantil.
	2- A Coordenação de Atenção ao Estudante se articula com setores pedagógicos do IFBA com relação à Política de Assistência Estudantil.
	3- A Coordenação de Atenção ao Estudante se articula com demais setores do IFBA com relação à Política de Assistência Estudantil.

Quadro 16 – Proposta inicial de Instrumento de Acompanhamento Permanente da Assistência Estudantil

	4- A Coordenação de Atenção ao Estudante se articula com o Grêmio Estudantil com relação à Política de Assistência Estudantil.
Assessoria	5- A Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante assessora os setores responsáveis na proposição e realização de processos seletivos de ingresso na instituição.
	6- A Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante assessora os departamentos acadêmicos e diretorias adjuntas em projetos, programas e ações que visem garantir e ou favorecer a inclusão de segmentos em condição de vulnerabilidade social e pessoas com necessidades específicas no IFBA.
	7- A Diretoria Adjunta Pedagógica e de Atenção ao Estudante realiza pesquisas com o objetivo de subsidiar avaliações e propostas de revisão do Projeto Pedagógico Institucional.
	8- O acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes atendidos nos programas subsidia proposições e avaliações das diversas políticas da Instituição.
Democratização e inclusão	9- A Política de Assistência Estudantil contribui para a melhoria das condições econômicas, sociais, políticas, familiares, culturais, físicas e psicológicas dos estudantes.
	10- A Política de Assistência Estudantil assegura aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas.
	11- A Política de Assistência Estudantil reduz os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais.
	12- A Política de Assistência Estudantil contribui para a inclusão social.
	13- A Política de Assistência Estudantil contribui para a democratização do ensino.
14- O acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes atendidos nos programas resulta em ações que visam minimizar a evasão e/ou retenção escolar.	
Comunicação	15- A divulgação das ações da Política de Assistência Estudantil é realizada adequadamente.
	16- Os critérios de seleção são divulgados adequadamente.
	17- Os estudantes conhecem os programas de Assistência Estudantil oferecidos no IFBA.
	18- Os estudantes quando ingressam no IFBA são informados sobre o direito à Assistência Estudantil.
	19- No período de inscrição do Programa de Apoio e Assistência ao Estudante os estudantes têm acesso às informações e procedimentos necessários.

Quadro 17 – Proposta inicial de Instrumento de Acompanhamento Permanente da Assistência Estudantil

	20- Os estudantes participam do processo de divulgação das ações da Política de Assistência Estudantil.
Recurso orçamentário	21- O recurso orçamentário é suficiente para a demanda de benefícios.
	22- O número de vagas existentes nos programas de assistência é suficiente para a demanda dos estudantes no IFBA.
	23- A dotação orçamentária anual tem ampliado a quantidade de atendimento dos programas de assistência.
Apoio socioeconômico e acadêmico	24- O Programa de Assistência e Apoio ao estudante garante a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social na instituição.
	25- A bolsa de estudo contribui para a permanência do estudante na instituição.
	26- A bolsa vinculada a Projetos de Incentivo à Aprendizagem contribui para a permanência do estudante na instituição.
	27- O auxílio transporte tem resultado em melhoria da frequência do estudante.
Acesso e seleção	28- O auxílio alimentação tem garantido a participação do estudante em atividades do contraturno.
	29- A Política de Assistência Estudantil desenvolve ações que garantam a igualdade de acesso ao IFBA.
	30- Os critérios de seleção são adequados à realidade dos estudantes.
	31- Os critérios de seleção adotados são claros quanto à distribuição dos benefícios.
Orientação e acompanhamento	32- As demandas de atendimento definidas pelo Serviço Social têm sido contempladas.
	33- Os estudantes bolsistas recebem orientação/acompanhamento pedagógico na Coordenação de Orientação Educacional.
	34- Os estudantes bolsistas recebem acompanhamento psicossocial na Coordenação de Atenção ao Estudante.
	35- Existem procedimentos formais quanto a problemas de infrequência e baixo desempenho.
	36- O acompanhamento psicossocial e pedagógico dos bolsistas resulta em melhoria da frequência e desempenho acadêmico.
	37- A Coordenação de Atenção ao Estudante tem controle sobre a movimentação de matrícula dos estudantes bolsistas.

Fonte: Elaborado pela autora

O preenchimento desse instrumento permitirá a realização de diagnóstico periódico do atendimento às demandas por assistência estudantil, além de gerar relatórios dos resultados obtidos a partir das ações previstas.

O Núcleo de Estudos sobre a Assistência Estudantil representa uma estratégia de intercâmbio de informações e fortalecimento das instâncias de gestão nos *campi*. Entende-se que a consolidação da Política de Assistência Estudantil demanda atualização constante dos pressupostos teóricos, metodológicos e da base legal, além de se constituir em uma ação articulada que envolve todos os *campi*. Essa articulação já acontece de forma bem consolidada na elaboração dos documentos normativos e a dinâmica de acompanhamento ficará ainda mais fortalecida com a adesão e colaboração de outros *campi*.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a inclusão dos institutos federais no Plano Nacional de Assistência Estudantil representam uma mudança significativa no âmbito das políticas públicas de educação, sobretudo as que impactam na democratização do acesso e atendimento às condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos seus cursos. Investigar um contexto específico de implementação de tais políticas traz igualmente a possibilidade de avaliar os resultados, como também de encontrar elementos para repensá-las, considerando a importante interlocução Estado – sociedade no campo das políticas públicas. A assistência estudantil no Instituto Federal da Bahia tem um histórico de grande incremento, mas ainda se desenvolve em uma relação muito tímida com o contexto institucional.

O IFBA atende a um número expressivo de estudantes que venceram a etapa do acesso, e assumem o desafio da integralização curricular dos seus cursos. A pesquisa revela que essa trajetória não é linear, e existem dificuldades para a garantia da permanência e do êxito acadêmico, que demandam ações complementares ao ensino, mas que estejam a ele articuladas. As taxas de evasão chegam a 14%, e a retenção ultrapassa a margem de 30%, o que coloca em cheque

o alcance de metas definidas pelo Ministério da Educação em parceria com a Instituição, por meio do Termo de Acordo de Metas e Compromissos – TAMC, principalmente no que concerne à expansão do acesso, à melhoria da efetividade dos recursos investidos e à política inclusiva.

Considerando a temática em questão, uma proposta de acompanhamento dessa natureza constitui uma estratégia de singular importância na otimização da aplicação dos recursos, de modo a tornar a Assistência Estudantil mais próxima das reais demandas da Instituição. A realização de diagnósticos periódicos pode permitir uma dinamização maior da execução da Política de Assistência Estudantil, para além de um processo seletivo pontual e fragmentado.

Em função da falta de uma sistemática de acompanhamento, alguns dados não puderam ser obtidos ou não estavam acessíveis. Apesar de defender a criação de mecanismos de controle social, a Política de Assistência Estudantil do IFBA ainda não dá publicidade aos dados relativos ao seu processo de implementação, uma vez que sua aferição demanda abordagem individual de sujeitos, estratégia não vislumbrada nesta pesquisa.

O plano de intervenção que encerra este trabalho composto por uma proposta de aperfeiçoamento do Sistema PAAE, um Instrumento de Acompanhamento Permanente da Assistência Estudantil e a criação de um Núcleo de Estudos sobre a Assistência Estudantil constitui um passo inicial na melhoria dos processos de gestão e avaliação da AE no IFBA, uma vez que reflete os anseios e necessidades dos profissionais envolvidos.

Embora vislumbre a criação de instâncias de gestão em cada campus, o acompanhamento até o momento realizado se restringe ao nível dos beneficiários. Agregar aperfeiçoamento do Sistema PAAE, instrumento de acompanhamento e Núcleo de Estudos possibilitará a execução de uma AE mais comprometida com a qualidade social da Instituição, além servir de base para a gestão do seu desempenho e dos seus resultados.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. P. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. Edições 70, Lisboa. Portugal, 1977.
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 14 ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOBBIO. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Néelson Coutinho; apres. de Celso Lafer. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 7 reimpr.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm)>. Acesso em: 10 jun 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) >. Acesso em: 05 ago. 2015. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dezembro, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2015.
- BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 27/12/1961, Página 11429. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 10 ago. 2015.
- BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1, 30/12/2008.
- BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE**. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 09 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Termo de Acordo de Metas e Compromissos do IFBA**, de julho de 2010. Disponível em:<[http://www.portal.ifba.edu.br/attachments/679\\_TERMO%20DE%20ACORDO%20DE%20METAS.pdf](http://www.portal.ifba.edu.br/attachments/679_TERMO%20DE%20ACORDO%20DE%20METAS.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores**. Brasília, 2009. Disponível em:<<http://www.gespublica.gov.br/biblioteca/pasta.2010-12-08.2954571235/Guia%20-%20Indicadores%20%28versao%20preliminar%20Dez%2009%29.pdf>>Acesso em: 20 ago. 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº. 11.195**, de 18 de novembro de 2005. Altera a Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm)>. Acesso em: 01 ago. 2015.

BRASIL. Congresso. Senado. **Lei nº. 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em 25 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa do MEC nº 18 de 11/10/2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº. 7.824, de 11 de outubro de 2012. **Diário Oficial da União**. Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria\\_18.pdf](http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2015.

BRASIL. **Decreto Federal nº. 3.298/99**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em: 01 jun. 2015.

BRASIL. **Decreto nº. 5.296/2004**, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em 01 jun. 2015.

BRASIL. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica**: concepção e diretrizes. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/Ministério da Educação, 2010. Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. **PDE**: Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília: MEC, INEP, 2007.

CARNOY, Martin. **Mundialização e reforma da educação**: o que os planejadores devem saber. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Brasília: UNESCO Brasil, IPE, 2003.

CASTELLS, Manuel. Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. *In*: BRESSER, Luiz Carlos; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Org.). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: UNESP, 1999.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. *In*. FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.) **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez: 2005.

CEFET-BA. NORMAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO . Salvador, 2006. Disponível em:<[http://www.ifba.edu.br/informativo/resolucoes/Normas\\_PINA.pdf](http://www.ifba.edu.br/informativo/resolucoes/Normas_PINA.pdf)>. Acesso em 15 mar. 2015.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível?. São Paulo: Cortez, 2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DEMO, Pedro. **A educação pelo avesso**: assistência como direito e como problema. São Paulo: Cortez, 2000.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Assuntos Comunitários e Estudantis. Moradias Estudantis: histórico e realidade atual nas IFES. Maceió, 1995.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Plano Nacional de Assistência Estudantil** - Aprovado pela ANDIFES. Belém, julho de 2007.

FRIEDE, Reis. **Ciência política e teoria geral do Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GARCIA, Maria Manuela A. Políticas educacionais contemporâneas: tecnologias, imaginários e regimes éticos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.

HOFLING, Eloísa de Mattos. Estado e política (públicas) sociais. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 21, n. 44, Nov. 2001.

IFBA. **Resolução nº 10 de 01/06/2006 do Conselho Diretor do IFBA**. Estabelece o sistema de reserva de vagas, cotas para afro descendentes, indígenas e índios descendentes, nos processos seletivos para ingresso nos cursos oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA.

IFBA. **Diretrizes para a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia**. Salvador: IFBA, 2010. Disponível em: <<http://ifba.edu.br/institucional/politica-de-assistencia-estudantil-no-ifba.html>>. Acesso em 15 de jun. 2015.

IFBA. **Documento normativo da Política de Assistência Estudantil do IFBA**. Salvador: IFBA, 2014. Disponível em: <[www.portal.ifba.edu.br/component/option,com\\_phocadownload/Itemid,777/download,6301/id,206/view,category/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://www.portal.ifba.edu.br/component/option,com_phocadownload/Itemid,777/download,6301/id,206/view,category/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 14 maio 2015.

IFBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Salvador: IFBA, 2014. Disponível em: <<http://portal.ifba.edu.br/institucional/pdi-2014-2018-noticias.html>>. Acesso em: 15 maio 2015.

IFBA. **Projeto Pedagógico Institucional**. Salvador: IFBA, 2013. Disponível em: <<http://www.ifba.edu.br>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

IFBA. **Avaliação do Planejamento Institucional Exercício 2013**. Salvador: IFBA, 2013. Disponível em: <<http://www.ifba.edu.br>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

IFBA. **Avaliação do Planejamento Institucional Exercício 2014**. Salvador: IFBA, 2014. Disponível em: <<http://www.ifba.edu.br>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

IFBA. **Relatório de Gestão 2012**. Salvador: IFBA, 2012. Disponível em: <<http://www.ifba.edu.br>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

IFBA. **Relatório de Gestão 2013**. Salvador: IFBA, 2013. Disponível em: <<http://www.ifba.edu.br>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília, p. 137-160. Abr/Jun 2005.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da Política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2012.

LIMA, C. **A arte da participação e a participação pela arte**: uma experiência nas Casas de Estudantes Universitárias da UFPE. *Serviço Social em Revista*. Londrina: UEL, v. 5, n. 1, jul/dez., 2002.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**: Proposta de Diretrizes Curriculares. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. São Paulo: Moderna, 2012.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BEBRING, E.R; BOSCHETTI, I. (Org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. 1997. Disponível em: <<http://projetos.dieese.org.br/projetos/SUPROF/AnalisepoliticaspUBLICAS.PDF>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

SARAVIA, Enrique. **Políticas públicas**. Coletânea. vol.1. Brasília: ENAP, 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas no Brasil. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas**. 2007. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007, p. 65-86.

SPOSATI, Aldaiza. **Assistência x Assistencialismo x Assistência Social**. Coletânea de Textos Básicos para 1ª Conferência Nacional de Assistência Social - CNAS e ABONG. Brasília, 1997.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação superior no século XXI**: visão e ação; marco referencial de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento da educação superior. Tradução: Amós Nascimento. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2010